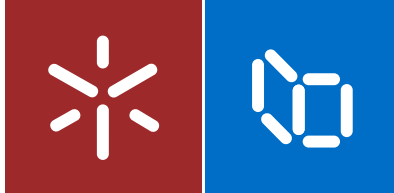


Universidade do Minho  
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Fátima Cândida de Castro Meireles Brochado de  
Freitas

Paradigmas Teóricos da Filosofia Política  
Atual – diferentes concepções de justiça

Fátima Brochado Paradigmas Teóricos da Filosofia Política  
Atual – diferentes concepções de justiça



Universidade do Minho  
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Fátima Cândida de Castro Meireles Brochado de  
Freitas

Paradigmas Teóricos da Filosofia Política  
Atual – diferentes concepções de justiça

Relatório de Atividade Profissional  
Mestrado em Filosofia Política

Trabalho efectuado sob a orientação do  
Professor Doutor João Cardoso Rosas

## **Agradecimentos**

A realização deste relatório contou com importantes apoios e incentivos sem os quais não se teria tornado uma realidade e aos quais estarei eternamente grata.

A minha inscrição no Mestrado em Filosofia Política, representou um desafio pessoal, uma vez que já vinha alimentando desde há alguns anos esta ambição de aprofundar e desenvolver os meus conhecimentos nesta área, sem contudo nunca ter tido a coragem de a concretizar. Este projeto exigiu pois muita determinação, capacidade de trabalho e dedicação, visto que não é fácil conciliar a rotina diária da atividade profissional e a vida familiar com a leitura, pesquisa e reflexão necessárias para a construção deste relatório de atividade profissional.

Assim sendo, é este o momento para agradecer a todos que contribuíram com o seu incentivo, para a realização deste projeto.

Em primeiro lugar, ao Doutor João Rosas, supervisor deste relatório, pelas suas sugestões, comentários e pertinência das suas críticas, pela forma como me estimulou ao longo das sessões ministradas, em que apreciei a exploração dos temas tratados, a partir dos quais pude desenvolver o tema de reflexão e concretizar a realização deste trabalho. Também quero manifestar a minha gratidão, pelos seus preciosos ensinamentos que foi transmitindo no âmbito das Teorias da Justiça, bem como todos os momentos de aprendizagem proporcionados, com especial destaque para as palestras realizadas no decorrer deste curso em Filosofia Política.

Agradeço igualmente a todos os professores que estiveram envolvidos na realização deste curso, aos professores visitantes, que muito contribuíram para o meu entendimento dos assuntos em filosofia política.

Destaco também, o apoio incondicional do meu marido e do meu filho que sempre me apoiaram ao longo deste projeto, tendo sempre palavras de incentivo, dando-me força para ter a energia e vontade de concluir este projeto.

Obrigada a todos.

## **Resumo**

O presente relatório de atividade profissional é realizado ao abrigo do despacho RT – 38/2011 e está estruturado em três capítulos cuja descrição sucinta se segue.

No primeiro capítulo é apresentada a planificação anual que tem por referência o programa de Filosofia, homologado em 2001.

No segundo capítulo é apresentada a explicitação e planificação das aulas do módulo IV e V do programa de Filosofia de 10º ano, no âmbito das teorias acerca da fundamentação da moral: Ética Consequencialista versus Ética Deontológica e no âmbito da Filosofia Política.

No terceiro capítulo é apresentada uma reflexão crítica tendo por base leituras realizadas, com especial destaque para o pensamento dos autores que estão na origem dos paradigmas teóricos da Filosofia Política atual, nomeadamente: John Rawls e a concepção Liberal-Igualitária; Robert Nozick e a concepção Libertarista e, por fim, Michael Sandel, Michael Walzer e a concepção Comunitarista.

Nos anexos são apresentados recursos didáticos aplicados em contexto de sala de aula, nomeadamente textos, Powerpoints, bem como alguns exemplares de testes de avaliação.

## **Abstract**

This thesis is conducted under RT requirements – 38/2011, and is structured in three chapter's with the following structure:

On the first chapter is presented the annual planification that has by reference the Philosophy program, approved in 2001.

The second chapter presents the planification of the IV and V module from the 10º grade Philosophy program. These modules content rely on the most relevant theories which can be defined as: Consequentialist Ethic versus Deontology Ethic. This chapter also includes the topic of Political Philosophy.

Finally, on the third chapter is presented a critic reflexion about the justice concept. This critic was based on previous litterature especially from authors that represent the trends of contemporary thinking. The three major authors studied and respective conceptions are: John Rawls and the Equality-Liberal concept; Robert Nozick and the Libertarianism, and finally, Michael Sandel, Michael Walzer and the Communitarism.

Under attachments are available didatic resources appllied in classroom context. This material includes texts, Powerpoints, as well as some of avaliation tests examples.

## Índice

Introdução.....	5
Capítulo I - Planificação Anual.....	6
Capítulo II –Planificação das Unidades IV e V.....	30
Capítulo III – Reflexão crítica acerca das concepções da Justiça.....	35
Bibliografia.....	45
Anexos	
I – Textos.....	46
II – Powerpoints.....	62
III – Testes.....	63

## Introdução

O presente trabalho está estruturado em três capítulos, sendo que o primeiro se refere à planificação anual, o segundo à planificação de aulas dos módulos IV e V, e o terceiro a uma reflexão crítica construída a partir da análise de três concepções de justiça em que se procura realçar a sua importância no âmbito da Filosofia Política.

No terceiro capítulo é feita uma abordagem acerca das principais tendências do debate filosófico em torno do conceito de justiça, pretendendo-se assim explicitar o modo como os pensadores políticos contemporâneos abordam o assunto. As três concepções analisadas são: liberal - igualitária, libertarista e comunitarista. O objetivo desta análise é precisamente avaliar a pertinência dos principais argumentos dos autores, mostrando diferentes modos de pensar e fundamentar aquilo em que a justiça consiste.

Cabe no entanto mencionar, que esta análise, embora focando as diferentes concepções de justiça à luz das teorias supramencionadas, na realidade, só duas, o liberalismo igualitário de Rawls, e o libertarismo de Robert Nozick, fazem parte do programa de Filosofia de 10º ano.

A referência à perspectiva comunitarista, em que se destaca a importância dos contributos de autores como Michael Sandel e Michael Walzer, é imprescindível, pois só assim se torna possível uma melhor compreensão sobre as alternativas existentes no pensamento contemporâneo sobre a justiça.

A reflexão sobre a justiça, bem como sobre a ideia de sociedade, é um debate difícil que está longe de ser consensual, mas é precisamente a partir de diferentes posicionamentos teóricos que as mudanças sociais se tornam possíveis no sentido de construir sociedades mais justas.

## Capítulo I - Planificação Anual



### ESCOLA SECUNDÁRIA MARTINS SARMENTO

#### PLANIFICAÇÃO ANUAL DE FILOSOFIA

**10.º ANO**

**ANO LECTIVO 2015/2016**

Professora: Fátima Brochado

- Manual adotado: Filosofia 10 - Raiz Editora. Autores: Adília Gaspar e António Manzarra.
- Materiais de Apoio recomendados: fichas de trabalho do manual adotado; CD/DVD; livros recomendados pelos docentes; acetatos; textos policopiados; textos, imagens e som colocados em *blogues* ou em plataformas na Internet (ex.: *moodle da escola*).
- Dias úteis letivos / Tempos letivos previstos

	1º PERÍODO *	2º PERÍODO	3º PERÍODO	TOTAL
2ª FEIRA	14	11	7	31
3ª FEIRA	13	12	7	31
4ª FEIRA	13	12	7	31
5ª FEIRA	12	13	7	32
6ª FEIRA	15	13	7	33
TOTAL de Tempos lectivos	67	61	35	158

## 1.º Período (*Aulas previstas: 25*)

<b>I Unidade - Iniciação à Atividade Filosófica</b>  1. <u>Abordagem introdutória à Filosofia e ao filosofar</u> ;  1.1. O que é a Filosofia? - uma resposta inicial;  1.2. Quais são as questões da Filosofia? - alguns exemplos;  1.3. A dimensão discursiva do trabalho filosófico.  <b>II Unidade - A Ação Humana e os Valores</b>  1. <u>A ação humana – análise e compreensão do agir</u> ;  1.1 A rede conceitual da ação;  1.2. Determinismo e liberdade na ação humana.	Progressão nos conteúdos – 20 aulas de 90 min.  • (12 aulas de 90 m)          Atividades de avaliação e outras – 5 aulas de 90 min.  • (13 aulas de 90 m)
--	---

## 2.º Período (*Aulas previstas: 22*)

<b>II Unidade - A Ação Humana e os Valores (cont.)</b>  2. <u>Os Valores - Análise e compreensão da experiência valorativa</u> ;  2.1. Valores e valoração – a questão dos critérios valorativos;  2.2. Valores e cultura – a diversidade e o diálogo de culturas.	Progressão nos conteúdos – 18 aulas de 90 min.  • (5 aulas de 90 m)          • (9 aulas de 90 m)
--	--





**3.º Período (Aulas previstas: 19)**

<p><b>II Unidade - A Ação Humana e os Valores (cont.)</b></p> <p>3.2.2. A criação artística e a obra de arte. <i>Ou</i></p> <p>3.3.2. As dimensões pessoal e social das religiões.</p> <p>3.2.3. A Arte – produção e consumo, comunicação e conhecimento.  <i>Ou</i></p> <p>3.3.3. Religião, razão e fé – tarefas e desafios da tolerância.</p> <p><u>4. Temas/Problemas do Mundo Contemporâneo</u></p> <p>TEMA 1. O CONSUMISMO E OS VALORES CONTEMPORÂNEOS</p> <p>TEMA 2. A MANIPULAÇÃO E MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSAS.</p> <p>UM CASO DE ESTUDO – A ROMANTIZAÇÃO DO AMOR</p> <p>(Escolher apenas <i>um</i> dos Temas)</p>	<p>Progressão nos conteúdos – 15 aulas de 90 min.</p> <p>• ( 9 aulas de 90 min) (opção)</p> <p>Atividades de avaliação e outras – 4 aulas de 90 min.</p> <p>• (10 aulas de 90 min)</p>
---	--

## **I. Unidade - Iniciação à Atividade Filosófica - 25 aulas**

### **1.1 O QUE É A FILOSOFIA?**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>CONTEÚDOS</b>	<b>Calendário</b> <b>Período/Aulas</b> <b>Previstas</b>	<b>RECURSOS/ESTRATÉGIAS</b>	<b>Avaliação</b>
<p><b>Definir a Filosofia, o seu objeto de estudo e a sua postura em relação ao conhecimento.</b></p> <p>Caracterizar a atitude filosófica e esclarecer de que forma se afasta dos outros saberes.</p> <p>Identificar a dimensão teórica e prática da Filosofia e esclarecer em que sentido ela é importante para o ser humano.</p>	<p><b>1.1.1 O conceito de Filosofia</b></p> <p>1.1.2 A atitude filosófica</p> <p>1.1.3 O valor e importância da Filosofia</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• (12 aulas de 90 m)</li></ul>	<p><b>Suscitar uma série de problemas e questões do cotidiano, à partida filosóficos, e procurar definir a atividade filosófica. Consolidar o conceito analisando o texto de Popper (p. 10 do Manual).</b></p> <p>Caracterizar a atitude filosófica a partir da forma como utilizamos o nosso pensamento e nos posicionamos sobre o conhecimento. Valorização da dúvida enquanto método.</p> <p>Analisar os textos de Marinoff e Quental (pp. 17 e 18) e mostrar a importância da Filosofia na sua dimensão teórica e prática.</p>	<b>Formativa</b>

Conceitos-chave: Filosofia // Conhecimento // Atividade intelectual // Senso comum // Atitude reflexiva // Atitude crítica // Aparência // Essência // Teoria/Prática // Autonomia // Radicalidade // Historicidade // Universalidade

## 1.2 QUAIS SÃO AS QUESTÕES DA FILOSOFIA? – ALGUNS EXEMPLOS

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/ Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
<p><b>Mostrar que as questões surgem de problemas. Esclarecer o que faz uma questão tornar-se filosófica, ou que tipo de questões a Filosofia coloca.</b></p> <p>Verificar e analisar alguns problemas filosóficos, ao longo da História, levantados por diversos pensadores. Constatar que a Filosofia e os problemas filosóficos são intemporais.</p> <p>Constatar e identificar que existem problemas filosóficos diferentes, daí a Filosofia se dividir em diversas áreas.</p>	<p><b>1.2.1 As questões filosóficas e as questões não filosóficas</b></p> <p>1.2.2 O objeto dos problemas e questões filosóficas ao longo da História</p> <p>1.2.3 As áreas da Filosofia – suas ramificações</p>		<p><b>Apresentar uma série de problemas que levantem questões e mostrar em que medida são ou não filosóficas. Debater em aula.</b></p> <p>Pesquisar em enciclopédias e/ou na internet filósofos representativos da história da Filosofia e os problemas-respostas que apresentaram. Poderá ser um trabalho individual ou em grupo para posterior apresentação em aula.</p> <p>Analisar o quadro (p. 29) e identificar as diversas áreas da Filosofia e os seus problemas específicos.</p>	<b>Formativa</b>

Conceitos-chave: Questões // Problemas // Respostas // Questões filosóficas // Questões não filosóficas // Áreas da Filosofia

1.3 A DIMENSÃO DISCURSIVA DO TRABALHO FILOSÓFICO				
OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
<p>Constatar que o discurso filosófico tem uma estrutura própria – sendo sobretudo de carácter argumentativo. Identificar os diversos instrumentos lógicos em que assenta a estruturação do discurso argumentativo.</p> <p><b>Ser capaz de interpretar discursos filosóficos e de construir argumentos em apoio de teses filosóficas.</b></p>	<p><b>1.3.1 O discurso filosófico e a sua estrutura</b></p>		<p>Construir e identificar proposições e argumentos, tendo presente os diversos conceitos que os constituem.</p> <p><b>Analisar um texto argumentativo para identificar o tema, a tese e os diversos argumentos que o compõem. A partir daí, produzir um discurso argumentativo em defesa de uma dada tese.</b></p>	<p><b>Sumativa</b></p>
Conceitos-chave:Discurso // Tese // Conceito // Proposição // Argumento // Premissa // Conclusão // Silogismo // Discurso argumentativo // Refutação // Contra-argumentação				

## II. A ação humana e os valores - 22 aulas

### 1. A AÇÃO HUMANA

#### 1.1 A REDE CONCEPTUAL DA AÇÃO

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
<p>Distinguir agir de fazer e acontecer</p> <p><b>Identificar os diversos momentos e elementos que estão na base de uma ação.</b></p> <p>Constatar que por vezes decidir é um momento complicado para o sujeito face a determinadas situações.</p>	<p>1.1.1 Noção de ação humana</p> <p><b>1.1.2 Rede conceptual da ação</b></p> <p>1.1.3 O problema da angústia e decisão.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• (13 aulas de 90 m)</li></ul>	<p>Analisar o texto complementar 1 de J. Mosterin, pp. 63-64 do Manual, sobre o conceito de ação ou, em alternativa, a situação notícia, p. 49 do Manual.</p> <p><b>Partir de exemplos de ações de que os alunos têm experiência e discriminar e clarificar os diversos momentos que envolvem.</b></p> <p>Visionar o excerto do filme <i>Estamos Vivos</i> a propósito da rede conceptual da ação e da angústia da decisão. Apresentar uma ou várias situações dilemáticas nas quais o sujeito tem de tomar decisão sendo qualquer uma delas não desejável e irreversível.</p>	<b>Formativa</b>
Conceitos-chave: Agir // Fazer // Acontecer // Agente // Consciência // Intenção // Crença // Vontade // Finalidade // Motivo // Deliberação // Escolha // Decisão // Rede conceptual				

## 1.2 DETERMINISMO E LIBERDADE NA AÇÃO HUMANA

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
Definir em que consiste a liberdade em sentido prático.	1.2.1 O conceito de liberdade		Partir de exemplos práticos de situações que envolvam uma escolha ou uma obrigação por parte do sujeito e verificar se neles houve expressão de liberdade.	Formativa
Identificar como e de que forma o ser humano está condicionado no seu agir.	1.2.2 As condicionantes da ação humana		Enumerar uma série de elementos que condicionam o agir humano e questionar se eles têm apenas um efeito negativo ou também positivo.	
Caracterizar as perspectivas determinista, indeterminista, libertarista e compatibilista acerca da existência ou não do livre-arbítrio. Apresentar uma visão crítica sobre elas.	1.2.3 O problema da existência ou não do livre-arbítrio		Colocar a questão: “Serão as nossas ações livres ou determinadas?”. A partir daí, analisar as perspectivas propostas no Manual; poderá dividir a turma em grupos e cada um defender uma perspectiva.	
Conceitos-chave: Liberdade (livre-arbítrio) // Condicionante // Determinismo // Causalidade-Finalidade // Indeterminismo // Libertarismo // Compatibilismo				

## 2. OS VALORES | ANÁLISE E COMPREENSÃO DA EXPERIÊNCIA VALORATIVA

### 2.1 VALORES E VALORAÇÃO – A QUESTÃO DOS CRITÉRIOS VALORATIVOS

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
<p>Dar a noção de valor identificando os elementos presentes na sua estrutura; distinguir tipos de valores; identificar e hierarquizar valores.</p> <p>Caracterizar as diferentes teorias acerca da natureza dos valores.</p> <p><b>Definir critério valorativo.</b></p> <p><b>Identificar tipos de critérios valorativos.</b></p> <p><b>Justificar a opção por um ou outro tipo de critério valorativo.</b></p>	<p>2.1.1 Noção de valor; tipos e hierarquia de valores</p> <p>2.1.2 Teorias acerca da natureza dos valores</p> <p><b>2.1.3 Critérios valorativos e dificuldade em universalizar valores</b></p>	<p>• (5 aulas de 90 m)</p>	<p>Experiências valorativas dos alunos; análise do texto da p. 86; análise da pirâmide de Maslow, p. 88.</p> <p>Exposição breve sobre as teorias acerca da natureza dos valores. Análise de textos, pp. 90, 92 e 94.</p> <p>Organização da informação num quadro.</p> <p><b>Exemplos de formulações nas quais entre a expressão critério; identificação de critérios valorativos e sua análise crítica. Construção do conceito de critério valorativo. Texto das pp. 103-104 do Manual com proposta de exploração no <i>Livro do Professor</i>.</b></p>	<p><b>Sumativa</b></p>
<p>Conceitos-chave: Valor // Valoração // Critério valorativo // Subjetivismo axiológico // Objetivismo axiológico // Teoria relacional dos valores</p>				



## 2.2 VALORES E CULTURA – A DIVERSIDADE E O DIÁLOGO DE CULTURAS

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/ Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
<p>Definir cultura e identificar a sua importância.</p> <p><b>Identificar diferentes modelos para se lidar com a diversidade cultural – a nossa e a dos outros. Assumir postura crítica face a esses modelos.</b></p> <p>Reconhecer a ambiguidade da cultura enquanto elemento aglutinador, mas também divisor; identificar o que é comum e deve ser valorizado – perspectiva civilizacional</p>	<p>2.2.1 Noção e importância da cultura</p> <p><b>2.2.2 Atitudes diferentes face à diversidade cultural:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Etnocentrismo</li> <li>• Multiculturalismo</li> <li>• Interculturalismo</li> </ul> <p>2.2.3 Do plano cultural à perspectiva civilizacional</p>		<p>Exemplos de práticas identitárias da cultura portuguesa: gastronomia; festas populares; tradições religiosas e outras; valores que prezamos; língua.</p> <p><b>Exposição breve sobre os conceitos de etnocentrismo, multiculturalismo e interculturalismo.</b></p> <p><b>Caracterização das diferentes atitudes face à diversidade cultural, partindo de exemplos concretos.</b></p> <p>Partindo de exemplos de práticas culturais que violam os direitos humanos, justifica-se a necessidade de se atingir uma perspectiva civilizacional.</p>	<b>Formativa</b>
<p>Conceitos-chave: Cultura // Identidade cultural // Etnocentrismo // Multiculturalismo // Interculturalismo // Perspetiva civilizacional</p>				

### 3.1 A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA – ANÁLISE E COMPREENSÃO DA EXPERIÊNCIA CONVIVENCIAL

#### 3.1.1 INTENÇÃO ÉTICA E NORMA MORAL

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
<p>Distinguir moral de ética; Distinguir autonomia moral de heteronomia moral; Identificar situações que tornam necessária a reflexão ética.</p> <p><b>Assumir uma atitude crítica em relação aos códigos morais, baseada na convicção de que a reflexão pessoal é imprescindível.</b></p>	<p>3.1.1.1 Natureza problemática da distinção entre moral e ética; aspetos que distinguem a moral da ética Passagem do estágio da moral ao da Ética</p> <p><b>3.1.1.2 Da necessidade de reflexão ética</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (9 aulas de 90 m)</li> </ul>	<p>Análise de expressões nas quais entre o termo moral e de expressões nas quais entre o termo ética; elucidação dos conceitos. Exploração de imagens, por exemplo, Moisés com as Tábuas da Lei (Miguel Ângelo).</p> <p><b>Leitura do Texto de Sánchez Vázquez, p. 123 do Manual. Banda desenhada ilustrativa da heteronomia moral, p. 127 do Manual. Imagem de tortura de escravos. p. 126 do Manual; exemplos históricos. Texto da p. 129 do Manual.</b></p>	<p><b>Formativa</b></p>
Conceitos-chave: Moral // Ética // Heteronomia moral // Autonomia moral // Código moral				

### 3.1.2 A DIMENSÃO PESSOAL E SOCIAL DA ÉTICA – O “SI MESMO”, O “OUTRO” E AS INSTITUIÇÕES

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
<p>Identificar a dimensão pessoal da ética; reconhecer a dimensão social da ética; reconhecer o papel das instituições; mostrar a ambivalência eu-instituições.</p> <p><b>Mostrar porque é que o outro é imprescindível na construção do eu. Deduzir as consequências éticas da relação eu-outro.</b></p>	<p>3.1.2.1 Dimensão pessoal e dimensão social da ética. O eu e as instituições</p> <p><b>3.1.2.2 O “eu e o outro” – antagonismo/cooperação</b></p>		<p>Reflexão sobre o carácter gregário dos seres humanos, sobre a imprescindibilidade da família e de outras instituições. Análise da relação dos alunos com, por exemplo, a Escola: o que esperam da Escola, o que a Escola espera em retorno.</p> <p><b>Análise do texto de Paul Ricoeur, p. 132 do Manual, para a reflexão sobre a relação eu/outro.</b></p> <p><b>Análise do texto de Edgar Morin, p. 137, para a caracterização da relação eu/outro/instituições.</b></p> <p><b>Conclusões acerca das motivações do comportamento ético.</b></p> <p><b>PowerPoint didático.</b></p>	<b>Formativa</b>
Conceitos-chave: Pessoa // Eu // Outro // Instituição // Egoísmo ético				

### 3.1.3 A NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DA MORAL

#### A – Ética Deontológica kantiana

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
<p>Distinguir imperativo categórico de imperativo hipotético. Distinguir máxima de lei universal. Caracterizar a vontade boa.</p> <p>Definir formalismo ético; mostrar a dificuldade de o conciliar com conflitos de deveres; mostrar que as consequências também importam.</p>	<p>3.1.3.1 Ética deontológica – o imperativo categórico O querer cumprir o dever – a vontade boa</p> <p>3.1.3.2 O formalismo ético de Kant e suas limitações</p>		<p>Partir de expressões que incluam o termo deontológico para elucidar o conceito. Partir de exemplos dos dois tipos de imperativos, pp. 140-141 do Manual. Partir de exemplos para elucidar o conceito de máxima da ação.</p> <p><b>Revêm-se aspetos da ética de Kant que a caracterizam enquanto ética formal. Analisam-se exemplos de dilemas morais e procura ver-se como se poderiam ou não aplicar os princípios éticos defendidos por Kant. Texto de Warburton, p. 144 do Manual.</b></p>	<p><b>Formativa</b></p> <p><b>Sumativa</b></p>
<p>Conceitos-chave: Ética deontológica // Ética racionalista // Imperativo categórico // Vontade boa // Intenção</p>				

### 3.1.3 A NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DA MORAL

#### B – Ética Utilitarista

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
<p>Explicar por que razão a ética utilitarista é naturalista e hedonista.</p> <p>Explicitar as críticas formuladas ao utilitarismo.</p> <p>Distinguir o utilitarismo do ato do utilitarismo da norma.</p> <p>Mostrar como Singer explica a origem dos deveres morais.</p> <p><b>Identificar os aspetos que afastam estas duas concepções; mostrar a necessidade de as compatibilizar.</b></p>	<p>3.1.3.1 A ética utilitarista – uma ética naturalista e hedonista</p> <p>3.1.3.2 Críticas à ética utilitarista. Utilitarismo do ato e utilitarismo da norma. O utilitarismo na época contemporânea</p> <p><b>3.1.3.3 Complementaridade entre o utilitarismo e a ética kantiana</b></p>	<p>• (4 aulas de 90 m)</p>	<p>Clarificação dos conceitos de naturalismo e hedonismo.</p> <p>Leitura do texto de Bentham, p. 146 do Manual.</p> <p>Leitura do texto de Stuart Mill, p. 147 do Manual; leitura do texto da p. 149 do Manual. Questionam-se os alunos sobre as motivações dos seus comportamentos morais.</p> <p><b>Apresentação e exploração de um PowerPoint didático sobre os aspetos mais importantes da ética kantiana versus utilitarismo.</b></p>	
Conceitos-chave: Naturalismo // Hedonismo // Utilitarismo do ato // Utilitarismo da norma				

### 3.1.4 ÉTICA, DIREITO E POLÍTICA

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
<p>Explicitar a relação entre ética, direito e política.</p> <p>Enunciar o problema da origem e natureza do poder político.</p> <p>Caracterizar a teoria política de Aristóteles sobre a origem, natureza e função do Estado. Expor a teoria do contrato social.</p> <p><b>Caracterizar o conceito de justiça como equidade.</b></p> <p><b>Identificar o contributo original de Rawls.</b></p> <p><b>Enunciar as críticas ao conceito de justiça como equidade.</b></p> <p>Traçar a evolução das ideias sobre o poder político desde a teoria aristotélica até à teoria de Rawls.</p> <p>Problematizar os princípios da justiça de John Rawls.</p>	<p>3.1.4.1 Relação ética, direito e política</p> <p>O problema da origem e natureza do poder político em diferentes períodos históricos.</p> <p><b>A legitimidade da autoridade do Estado:</b></p> <p>A perspetiva naturalista de Aristóteles.</p> <p>A perspetiva contratualista de J. Locke.</p> <p><b>3.1.4.2 A Filosofia política contemporânea – John Rawls</b></p> <p>3.1.4.3 Origem e natureza do poder político: o natural e o divino versus o social e o humano; hierarquia versus igualdade e liberdade.</p>	<p>• (4 aulas de 90 m)</p>	<p>Diálogo com os alunos para rever o conceito de ética e para estabelecer a definição de direito e política.</p> <p>Apresentação das diferentes teorias sobre a origem e natureza do poder político complementada com a análise de textos, pp. 157, 159, 161 e 162.</p> <p><b>Análise crítica de possíveis princípios de justiça social; texto da p. 171 do Manual sobre a escolha dos princípios políticos sob um véu de ignorância; texto sobre o conceito de justiça como equidade, p. 163 do Manual. Exploração de imagens.</b></p> <p>Refletir sobre a atual situação política e social por comparação com o passado.</p>	<p><b>Formativa</b></p>

Conceitos-chave: Direito // Política // Teoria do direito divino dos reis // Contrato social // Justiça como equidade // Escolha sob um “véu de ignorância” // Igualdade de oportunidades // Princípios de igualdade // Princípios de diferença.

## 3.2 A DIMENSÃO ESTÉTICA – ANÁLISE E COMPREENSÃO DA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA

### 3.2.1 A EXPERIÊNCIA E O JUÍZO ESTÉTICOS

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
<p><b>Identificar objetos estéticos; caracterizar a experiência estética e identificar o seu valor.</b></p> <p>Distinguir juízos estéticos de juízos lógico-cognitivos. Apresentar aspectos positivos de cada uma das teorias; enunciar as objeções que se lhes podem apontar. Reconhecer o contributo de Kant para a elucidação do problema da natureza da experiência estética.</p>	<p><b>3.2.1.1 Objetos estéticos e características da experiência estética</b></p> <p>3.2.1.2 Juízo estético; teorias sobre a natureza da experiência estética A teoria de Kant sobre o “gosto” e a tentativa de superação das limitações do subjetivismo e do objetivismo estéticos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (4 aulas de 90 m)</li> </ul>	<p><b>Observação e leitura de imagens do Manual e elucidação do conceito de “objeto estético”. Experiências estéticas dos alunos. Leitura do texto da p. 186 do Manual para caracterizar a experiência estética.</b></p> <p>Partir de exemplos destes dois tipos de juízos. Exposição sobre as teorias acerca da natureza da experiência estética e leitura de textos. Leitura do texto de Kant, p. 188 do Manual. Exploração de imagens do Manual, particularmente <i>Vanitas</i>, com proposta de análise no <i>Livro do professor, Parte 3</i>.</p>	<p><b>Formativa</b></p>
<p>Conceitos-chave: Estética // Experiência estética // Objeto estético // Juízo estético // Belo // Gosto // Objetivismo estético // Subjetivismo estético</p>				

### 3.2.2 A CRIAÇÃO ARTÍSTICA E A OBRA DE ARTE

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
<p>Identificar qualidades que fazem do artista um criador.</p> <p>Formular o problema da natureza da arte.</p> <p>Caracterizar as diferentes teorias essencialistas acerca da natureza da arte.</p> <p>Testar essas teorias aplicando-as à apreciação de diferentes obras de arte.</p> <p>Identificar os argumentos da teoria da indefinibilidade da arte.</p> <p>Caracterizar a teoria da arte como instituição.</p> <p><b>Identificar características que fazem de um objeto uma obra de arte.</b></p>	<p>3.2.2.1 A criação artística</p> <p>3.2.2.2 O problema da natureza da arte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>teorias essencialistas acerca da natureza da arte</li> <li>teoria da indefinibilidade da arte</li> <li>teoria da arte como instituição</li> </ul> <p>3.2.2.3 O que é, hoje, arte?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>(9 aulas de 90 m)</li> </ul>	<p>Observação/Leitura da reprodução de uma obra de Arcimboldo (p. 192 do Manual). Justificar porque é essa obra uma obra de arte. Leitura do texto de Richard Eldridge, p. 191 do Manual.</p> <p>Exposição sobre as diferentes teorias essencialistas.</p> <p>Teste a essas teorias através da observação de reproduções de obras a que não se aplicam.</p> <p>Análise de textos das pp. 194, 195, 196, 197 e 198 do Manual.</p> <p>Análise das imagens da p. 199 do Manual: observação e debate sobre Duchamp e <i>A Fonte</i>.</p> <p><b>Utilizar exemplos diversificados de obras de arte de diferentes domínios.</b></p>	<p><b>Formativa</b></p>
Conceitos-chave: Criação artística // Obra de arte // Qualidades estéticas // Forma significativa				



### 3.2.3 ARTE – PRODUÇÃO E CONSUMO, COMUNICAÇÃO E CONHECIMENTO

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
<p>Dar exemplos de obras de arte que manifestem nitidamente o contexto histórico-cultural em que surgiram.</p> <p>Identificar consequências da revolução tecnológica iniciada com a invenção da fotografia: mostrar como a revolução tecnológica suscitou o problema da identidade da arte.</p> <p>Apontar a característica essencial do <i>design</i>.</p> <p>Identificar as consequências da revolução tecnológica no consumo da obra de arte.</p> <p>Explicar porque é que a arte de massas implica o declínio da qualidade artística.</p> <p><b>Explicitar a natureza polissêmica da obra de arte.</b></p> <p><b>Identificar razões que explicam porque a arte não se pode reduzir ao conhecimento.</b></p>	<p>3.2.3.1 A criação artística e o contexto sociocultural e tecnológico revolução tecnológica: novos problemas e formas de expressão</p> <p>3.2.3.2 A arte de massas</p> <p>3.2.3.3 Arte – comunicação e conhecimento</p>		<p>Observação de imagens de obras de arte da Idade Média no Ocidente; registo de conclusões quanto ao tema predominante e respetiva explicação. Exemplos de arte de outros períodos históricos que manifestem o contexto cultural e social em que surgiram**.</p> <p>Análise do texto da p. 221 do Manual; análise de objetos de design p. 208 do Manual.</p> <p>Experiências artísticas dos alunos para abordar o conceito de arte de massas;</p> <p>Análise de texto p. 218 sobre o conceito de arte de massas.</p> <p><b>Análise de uma pintura de Vieira da Silva, p. 177 do Manual – carácter polissémico da arte.</b></p> <p><b>Reflexão sobre a diferença entre ler um romance de um autor consagrado e ler o correspondente resumo. Texto das pp. 218-219 do Manual que refere o cognitivismo estético.</b></p>	<p><b>Formativa</b></p> <p><b>Sumativa</b></p>
<p>Conceitos-chave: Modo mecânico de produção // Identidade da arte // <i>Design</i> // Arte de massas// Cognitivismo estético</p>				

\* Pinturas, esculturas, obras arquitetônicas e obras musicais da Idade Média: predomínio de temas religiosos com exclusão de qualquer referência a cenas da vida quotidiana, arquitetura civil ou privada, esculturas de políticos ou de negociantes, etc.

### 3.3 A DIMENSÃO RELIGIOSA – ANÁLISE E COMPREENSÃO DA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA

#### 3.3.1 A RELIGIÃO E O SENTIDO DA EXISTÊNCIA – A EXPERIÊNCIA DA FINITUDE E A ABERTURA À TRANSCENDÊNCIA

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
<p>Constatar que o indivíduo enquanto ser existente no mundo é um ser finito, contingente e isolado.</p> <p><b>Esclarecer em que consiste a religião e de que forma ela se apresenta como uma resposta ao sentido da existência.</b></p> <p>O fenómeno religioso – a expressão do sagrado, a figura de Deus e a hierofania.</p>	<p>3.3.1.1 A condição existencial humana</p> <p><b>3.3.1.2 A religião como resposta ao sentido da existência</b></p> <p>3.3.1.3 A religião como revelação e expressão do sagrado</p>		<p>Partir de exemplos/problemas práticos do quotidiano que ilustrem esta condição frágil do ser humano (morte, injustiças, expressão do mal, infortúnios, etc.) e discuti-los com os alunos.</p> <p><b>Proceder a um levantamento de um conjunto de fenómenos ou crenças religiosas espontâneas e sistemáticas e analisar a sua importância no espírito humano.</b></p> <p>Caracterizar a atitude religiosa a partir do texto da p. 232 do Manual e estabelecer uma relação entre o sagrado, Deus e a hierofania.</p>	
<p>Conceitos-chave: Sentido da existência // Contingência // Finitude // Transcendência // Religião // Homem religioso // Sagrado // Profano // Hierofania // Deus // Divino // Culto</p>				

### 3.3.2 AS DIMENSÕES PESSOAL E SOCIAL DAS RELIGIÕES

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
<p>Caracterizar a dimensão social das religiões assente na figura de Deus, na mensagem dos seus reveladores, símbolos, mitos e ritos, numa comunidade, etc.</p> <p>Caracterizar a dimensão pessoal das religiões assente na fé e espiritualidade individual.</p> <p><b>Apresentar os aspetos positivos e negativos da relação entre as dimensões pessoal e social das religiões.</b></p>	<p>3.3.2.1 A dimensão social das religiões</p> <p>3.3.2.2 A dimensão pessoal das religiões</p> <p><b>3.3.2.3 A relação e o possível conflito entre as dimensões pessoal e social das religiões</b></p>		<p>Analisar e interpretar alguns símbolos, mitos ou ritos de uma ou mais religiões e compreender o seu sentido e expressão na sociedade.</p> <p>Analisar o sentido profundo da dimensão pessoal das religiões e de que forma se envolve na dimensão social. Ler o texto de Ricoeur, p. 241 do Manual.</p> <p><b>Confrontar a expressão social das religiões com a expressão individual e avaliar a sua coexistência; analisar a liberdade individual à luz das religiões instituídas. Analisar o texto de Huxley, p. 242 do Manual.</b></p>	<b>Formativa</b>
<p>Conceitos-chave: Dimensão pessoal da religião // Dimensão social da religião // Revelação // Símbolo // Mito // Rito // Seita</p>				

### 3.3.3 RELIGIÃO, RAZÃO E FÉ – TAREFAS E DESAFIOS DA TOLERÂNCIA

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
<p>Distinguir os dois conceitos; estabelecer relação entre razão e fé.</p> <p><b>Apresentar os argumentos cosmológico, ontológico, teleológico e kantiano acerca das provas da existência de Deus.</b></p> <p><b>Identificar as críticas que cada argumento suscita.</b></p> <p>Analisar o efeito e o contributo das religiões no mundo atual e a sua coabitação</p>	<p>3.3.3.1 A relação entre razão e fé</p> <p><b>3.3.3.2 Os argumentos da prova da existência de Deus</b></p> <p>3.3.3.4 O papel e efeito da religião no mundo: conflitos e tolerância</p>		<p>Distinguir a fé antropológica da fé religiosa e confrontá-la com a razão. Questionar se poderão ser compatíveis.</p> <p><b>Leitura de textos sobre os diversos argumentos acerca das provas da existência de Deus e respetivas análises críticas.</b></p> <p>Análise do texto de Tenzin Gyatso, p. 267 do Manual, procurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– semelhanças e dissemelhanças entre as diversas religiões;</li> <li>– causas de conflitos entre as diversas religiões;</li> <li>– trabalho efetuado atualmente no sentido de aproximar as diversas religiões.</li> </ul>	<p><b>Formativa</b></p> <p><b>Sumativa</b></p>
<p>Conceitos-chave: Fé // Razão // Teísmo // Ateísmo // Argumento Cosmológico (Cosmologia) // Argumento Ontológico (Ontologia) // Argumento Teleológico (Teleologia) // Postulado // Tolerância // Fundamentalismo</p>				

## II. 4 Temas/Problemas do mundo contemporâneo

### Tema 1. O CONSUMISMO E OS VALORES CONTEMPORÂNEOS

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Calendário Período/Aulas Previstas	RECURSOS/ESTRATÉGIAS	Avaliação
Definir e caracterizar o consumismo e respectiva cultura.  Indicar as causas do consumismo.  <b>Analisar as consequências do consumismo e refletir sobre essas consequências.</b>	1.1 O consumismo e a cultura consumista  1.2 A importância e causas do consumismo  1.3 As consequências do consumismo	• (10 aulas de 90 m)	Fazer um levantamento de exemplos do consumismo (hábitos/comportamentos, objetos, informação, etc.).  Analisar esses elementos e descrever possíveis causas ou a importância que eles têm para o indivíduo/sociedade.  <b>Deduzir as possíveis consequências lógicas, éticas, morais, psicológicas e sociológicas do consumismo e respectiva cultura.</b>	<b>Formativa</b>
Conceitos-chave: Consumo // Consumismo // Materialismo // Valores materiais // Valores espirituais // Liberdade // Individualismo // Egoísmo ético // Globalização				

**TEMA 2. A MANIPULAÇÃO E MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSAS.  
UM CASO DE ESTUDO – A ROMANTIZAÇÃO DO AMOR**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>CONTEÚDOS</b>	<b>Calendário</b> Período/Aulas Previstas	<b>RECURSOS/ESTRATÉGIAS</b>	<b>Avaliação</b>
<p>Definir <i>mass media</i>. Caracterizar diferentes perspectivas acerca dos <i>mass media</i>.</p> <p>Identificar características essenciais do ideal romântico de amor.</p> <p><b>Identificar sintomas de erosão do amor romântico.</b> <b>“Desenhar” um novo conceito de amor.</b></p>	<p>2.1 Noção de <i>mass media</i> 2.2 Teorias acerca do potencial manipulador dos <i>mass media</i> 2.3 Literacia dos <i>mass media</i> 2.4 Noção de ideal romântico de amor Crenças românticas e seu escrutínio crítico 2.5 O futuro do amor romântico</p>		<p>Exemplos de <i>mass media</i>. Construção do conceito de <i>mass media</i>. Exemplos de literacia mediática.</p> <p>Partir de filmes, romances, novelas, canções que os alunos conheçam e estabelecer as características.</p> <p><b>Partir de casos conhecidos de erosão do amor romântico: índice de casamentos e de divórcios; famílias monoparentais; novos modelos familiares; etc.</b> <b>Apresentação em PowerPoint.</b></p>	<p><b>Formativa</b></p> <p><b>Sumativa</b></p>
Conceitos-chave: Mass media // Manipulação// Literacia mediática // Amor romântico				

## Capítulo II – Planificação das Unidades IV e V

### PLANO DE AULA

1

Escola	Secundária Martins Sarmento		
Aula Nº	Data	Turma	Professora
		CT5/CT3/CT6	Fátima Brochado

Sumário	Tempo
II – A AÇÃO HUMANA E OS VALORES  IV – Ética ou Filosofia Moral A dimensão Ético-Política-análise compreensão da experiência convivencial	1 aula de 90 minutos
Conteúdos	Conceitos a trabalhar
<b>1. Intenção ética e norma moral</b>	Ética Moral Norma Intenção Responsabilidade Liberdade Heteronomia e Autonomia Moral
Competências a desenvolver / Objetivos a concretizar	
<ul style="list-style-type: none"><li>- Caracterizar as noções de ética e moral;</li><li>- Relacionar o domínio da moral com a exterioridade da norma;</li><li>- Relacionar o domínio da ética com a interioridade da intenção;</li><li>- Relacionar ética e moral;</li><li>- Clarificar o objetivo da ética enquanto filosofia moral;</li><li>- Identificar e clarificar de forma correta os conceitos a trabalhar.</li></ul>	
Recursos	Estratégias / Atividades
Manual (pp. 129) Caderno de atividades (pp.42 à 44 ) Manual Interativo	Análise e discussão orientada dos textos do Manual (pp. 129) Realização das atividades da rubrica (p.127 do Manual) Ficha de Trabalho do Caderno de Atividades

<b>Escola</b>	Secundária Martins Sarmiento		
<b>Aula N°</b>	<b>Data</b>	<b>Turmas</b>	<b>Professora</b>
		CT5/CT3/CT6	Fátima Brochado

<b>Sumário</b>	<b>Tempo</b>
<b>II – A AÇÃO HUMANA E OS VALORES</b> <b>IV – Ética ou Filosofia Moral</b> A dimensão Ético-Política-análise e compreensão da experiência convivencial.	4aulas de 90 minutos
<b>Conteúdos</b>	<b>Conceitos a trabalhar</b>
<b>1. A necessidade da fundamentação da moral – análise comparativa de duas perspetivas filosóficas</b>	Ação Moral; Intenção Boa Vontade; Liberdade; Razão; Imperativo categórico; Imperativo Hipotético; Ações por dever; Ações conformes ao dever; princípio da maior felicidade; hedonismo.
<b>Competências a desenvolver / Objetivos a concretizar</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Caracterizar éticas deontológicas e éticas consequencialistas;</li> <li>- Analisar a ética deontológica de Kant;</li> <li>- Distinguir "ação por dever" de "ação conforme ao dever";</li> <li>- Interiorizar a noção de imperativo categórico;</li> <li>- Distinguir imperativo categórico de imperativo hipotético;</li> <li>- Refletir sobre as objeções à ética Kantiana;</li> <li>- Analisar a ética consequencialista de Stuart Mill;</li> <li>- Compreender os pressupostos do utilitarismo;</li> <li>- Refletir sobre as objeções ao utilitarismo;</li> <li>- Interiorizar conceitos, teses e argumentos das perspetivas filosóficas equacionadas;</li> <li>- Redigir composições de análise e de interpretação de textos que incidam sobre as perspetivas em confronto.</li> </ul>	
<b>Recursos</b>	<b>Estratégias / Atividades</b>
Manual (pp. 141) Caderno de atividades (pp. 50 à 56) Powerpoints Textos complementares: "imperativo categórico versus imperativo hipotético"; " E se toda a gente fizesse o mesmo?"; " O utilitarismo de Bentham", " O feminismo de Stuart Mill"	Exposição dialogada. Análise e discussão orientada dos textos do Manual (pp. 141) Análise e exploração dos recursos multimédia: "A ética racional de Immanuel Kant" e "A ética utilitarista de Stuart Mill" Realização da Ficha de Trabalho do Caderno de Atividades. Atividade do Manual (pp.150). Avaliação Formativa.



<b>Escola</b>	Secundária Martins Sarmento		
<b>Aula N°</b>	<b>Data</b>	<b>Turma</b>	<b>Professor</b>
		CT5/CT3/CT6	Fátima Brochado

<b>Sumário</b>	<b>Tempo</b>
II – A AÇÃO HUMANA E OS VALORES  V – Filosofia Política A dimensão Ético-Política-análise compreensão da experiência convivencial	2 aula de 90 minutos
<b>Conteúdos</b>	<b>Conceitos a trabalhar</b>
<b>1. Ética, Direito e Política</b>	Ética Direito Política Estado
<b>Competências a desenvolver / Objetivos a concretizar</b>	
Compreender que o direito e a política são dimensões configuradoras da experiência convivencial; Relacionar ética, direito e política.	
<b>Recursos</b>	<b>Estratégias / Atividades</b>
Manual (pp. 172) Caderno de atividades (pp. 12)	Análise e discussão orientada dos textos do Manual (pp. 172) Realização da Ficha de Trabalho do Caderno de Atividades

Escola	Secundária Martins Sarmiento		
Aula Nº	Data	Turma	Professora
		CT5/CT3/CT6	Fátima Brochado

Sumário	Tempo
<b>II – A AÇÃO HUMANA E OS VALORES</b>  V – Filosofia Política A dimensão Ético-Política-análise compreensão da experiência convivencial	4 aulas de 90 minutos
Conteúdos	Conceitos a trabalhar
<b>2. O que legitima a autoridade do Estado?</b> <b>-Origens e fins do Estado;</b> <b>- Fundamentação da existência do Estado:</b> <b>Justificação naturalista;</b> <b>Justificação contratualista</b>	Estado. Sociedade civil. Liberdade política. Justiça. Direito.
Competências a desenvolver / Objetivos a concretizar	
- Determinar e formular correctamente o primeiro problema:” O que legitima a autoridade do Estado?”; - Analisar a perspectiva de Aristóteles (perspetiva naturalista) quanto à noção de Estado; - Analisar a perspectiva de John Locke (perspetiva contratualista) quanto às noções de estado natural e contrato social; - Distinguir Direito natural de Direito Positivo; - Interiorizar conceitos, teses e argumentos das perspetivas equacionadas; - Redigir composições de análise e de interpretação de textos que incidam sobre as perspetivas em confronto.	
Recursos	Estratégias / Atividades
<b>Manual:</b> Ética, direito e política (pp.155) Textos filosóficos (pp 161; 163; 170 e 171) Caderno de atividades (pp.12) <b>Manual Interativo</b>	Análise e discussão orientada dos textos do Manual (pp. 156) Exploração das apresentações multimédia: “A resposta naturalista de Aristóteles” e “A resposta contratualista de John Locke”. Realização da Ficha de Trabalho <sup>12</sup> do Caderno de Atividades

<b>Escola</b>	Secundária Martins Sarmiento		
<b>Aula N°</b>	<b>Data</b>	<b>Turmas</b>	<b>Professora</b>
		CT5/CT3/CT6	Fátima Brochado

Sumário	Tempo
<b>II – A AÇÃO HUMANA E OS VALORES</b>  V – Filosofia Política A dimensão Ético-Política-análise compreensão da experiência convivencial	4aulas de 90 minutos
Conteúdos	Conceitos a trabalhar
<b>3. Como é possível uma sociedade Justa?</b> -Justiça e equidade, segundo Rawls; - Os princípios da justiça; - A posição original e o véu da ignorância; - Críticas à teoria da justiça de Rawls, a proposta Libertarista de Robert Nozick.	- Justiça social; responsabilidade social - Equidade; - Posição original; véu de ignorância; tributação. - Conceito de Estado Intervencionista. - Conceito de Estado Mínimo.
Competências a desenvolver / Objetivos a concretizar	
- Determinar e formular correctamente o seguinte problema: “Como é possível uma sociedade justa?”; - Compreender as principais características do modelo de justiça de J. Rawls; - Interiorizar os conceitos nucleares da teoria de J. Rawls: posição original, contrato hipotético e véu de ignorância, - Ser capaz de fazer uma análise crítica da teoria da justiça de Rawls.	
Recursos	Estratégias / Atividades
<b>Manual:</b> Justiça e equidade. A perspetiva de John Rawls (pp.96, 171) Textos filosóficos complementares. Rubricas Consolidação da aprendizagem e Revisão da aprendizagem Caderno de atividades (pp.53 à 56) <b>Manual Interativo:</b> Justiça e equidade	Análise e discussão orientada dos textos do Manual (pp. 96, 171) Exploração das apresentações multimédia: “A Teoria da Justiça de John Rawls” Realização da Ficha de Trabalho11 do Caderno de Atividades Resolução da Ficha de avaliação

### Capítulo III

Desde os tempos mais antigos que os filósofos debatem ideias que dão forma à nossa vida em comunidade. No âmbito do estudo da filosofia política, procura-se explicitar a interpretação dos principais filósofos neste domínio e, sobretudo, destacar a importância destes pensadores no modo como organizamos as nossas sociedades e as possibilidades de alcançar formas mais justas de organização social. Assim sendo, a pergunta à qual vários teóricos procuraram responder desde a Antiguidade Clássica até à atualidade, é: como devemos viver em sociedade?

Outro aspeto a destacar e subjacente a esta reflexão diz respeito aos conceitos de liberdade, direitos, igualdade e justiça. Estes conceitos têm sido discutidos ao longo da história da filosofia política, mas com maior relevância desde a Modernidade. A partir da época moderna, as ideias sobre a natureza e funções do Estado sofreram grandes modificações, e a nova maneira de pensar as relações políticas teve como representantes mais influentes Thomas Hobbes, John Locke e Jean Jacques Rousseau.

Como conciliar a liberdade dos indivíduos com as restrições que parecem ser necessárias à vida em comunidade? Como fundamentar a privação da liberdade imposta pelo Estado? O que legitima a autoridade do Estado e do poder político? Como é possível uma sociedade justa? De que forma pode o Estado organizar-se para que as instituições sejam justas? Estas são algumas das mais importantes questões que podemos colocar no âmbito da dimensão ético-política, e, se quisermos compreender onde entronca o ideário político que hoje defendemos e que consideramos uma conquista irreversível, temos de regressar a estes pensadores, fundadores da ciência política, para percebermos o quanto lhes ficámos a dever.

Ao longo da minha reflexão vou procurar apresentar uma linha de pensamento a partir da questão dominante: com que princípios se poderá organizar uma sociedade de forma a repartir, com justiça, os direitos e os deveres entre os membros de uma comunidade.

Nesta abordagem, vou ter como referência três concepções de justiça: a teoria Liberal Igualitária de John Rawls, a teoria Libertarista de Robert Nozick e a teoria comunitarista de Michael Sandel e Michael Walzer.

A palavra justiça surge com frequência no nosso discurso comum do quotidiano para nos referirmos a diversas realidades. Porém, no contexto da filosofia política, a abordagem da justiça que vai despertar a reflexão de um dos pensadores políticos mais influentes do século XX, J Rawls, é: como é possível uma sociedade justa?

De facto, grande parte da filosofia política contemporânea foi inspirada na obra *Uma Teoria da Justiça*, de John Rawls, quer em sua defesa quer contra ela. Uma Teoria da Justiça constitui uma forte reacção ao utilitarismo clássico e um importante contributo

para o debate acerca da justiça social e da igualdade. Com esta obra, Rawls propôs-se refletir sobre direitos e deveres resultantes da vida em comunidade. Para se compreender o propósito e alcance da teoria de Rawls, podemos partir da consideração do problema da justiça distributiva tendo em consideração a realidade nacional. É uma evidência que em Portugal, segundo os mais recentes relatórios da OCDE, existe um maior fosso hoje entre os mais ricos e os mais pobres: 20% da população mais rica ganha seis vezes mais do que os 20% mais pobres. O nosso país continua a ser um dos países mais desiguais do mundo desenvolvido e o mais desigual entre as economias europeias. É um facto sociologicamente reconhecido que as desigualdades económicas têm efeitos devastadores para os mais desprotegidos. Vejamos algumas situações. Cerca de 180 milhões de crianças continuam ainda hoje sem ir à escola; milhões de pessoas têm apenas um dólar por dia para satisfazer as suas necessidades básicas; milhões de pessoas são discriminadas em função de fatores como o género, a raça, e são impedidas de ter oportunidades iguais no acesso ao emprego, à educação, saúde, apenas porque têm uma cor de pele diferente ou porque são mulheres. Mesmo em sociedades que promovam a igualdade de oportunidades, a desigualdade no acesso a direitos e bens sociais pode permanecer. Não nascemos todos com os mesmos talentos naturais e alguns indivíduos têm capacidades que são socialmente muito valorizadas e, por isso mesmo, geradoras de maiores oportunidades sociais para quem as possui. Todos podemos ter tido na escola a possibilidade de praticar desporto ou de aprender música, mas só alguns possuem capacidades excepcionais para se tornarem desportistas ou músicos, reconhecidos mundialmente e, com base nesse reconhecimento e notoriedade, auferirem rendimentos extremamente elevados.

Para além disso, apesar de muitos terem tido igual acesso à educação, e possuírem idênticas capacidades intelectuais, alguns podem decidir escolher investir na carreira profissional, e com isso gerar uma maior quantidade de riqueza, outros podem decidir dedicar-se mais à família, ao lazer e, pelas escolhas feitas, em função de prioridades diferentes, ter uma maior quantidade de riqueza disponível.

Das várias desigualdades referidas, algumas têm uma origem manifestamente injusta. Discriminar o acesso a bens sociais básicos, necessários à sobrevivência e a uma vida digna, com base na cor de pele ou no género, é errado e parece óbvio que deve ser feito o necessário para que as injustiças sejam corrigidas. Como afirma João Cardoso Rosas em *Concepções de Justiça*, (p.25) “A estrutura básica da sociedade condiciona a nossa vida desde que nascemos até que morremos. É a estrutura básica que determina em função de regras institucionais, quem tem direito a quê desde o início da sua existência e ao longo da vida.” Outras desigualdades, como as que resultam de talentos naturais diferentes ou de escolhas pessoais que nada têm de incorreto, já não parecem injustas para alguns. Por isso, saber se as pessoas mais beneficiadas devem contribuir de alguma forma em favor das menos beneficiadas, por exemplo, através de um sistema de pagamento de impostos, da aplicação de uma justiça tributária, é muito discutível e há quem defenda que não devem, pois trata-se de uma violação da liberdade dos indivíduos.

As desigualdades económicas e sociais muito acentuadas, para as quais as pessoas mais discriminadas em nada contribuíram, são também muito difíceis de analisar. Quem pode e de que forma se pode corrigir esta situação? É aceitável que os Estados interfiram, estabelecendo, por exemplo, regras para a distribuição de riqueza de forma a colocar todos os indivíduos num nível igualitário? E se não for a um nível igualitário? Até onde é aceitável que exista diferença no acesso a bens sociais básicos? E quais são os critérios que definem o que é aceitável e, portanto justo? A discussão a propósito destas questões ocupou políticos e filósofos pelo menos desde a *República* de Platão. Uma *Teoria da Justiça* permanece como a resposta hoje em dia mais influente ao problema da justiça distributiva. O filósofo norte-americano começa por defender o primado da justiça. Uma concepção pública e aceitável de justiça constitui a regra fundamental de qualquer sociedade bem ordenada. John Rawls defende que a principal característica das instituições que organizam e regem uma sociedade deve ser a justiça. Se as leis e as instituições sociais forem eficientes, mas injustas, devem ser reformuladas. Rawls considera que as instituições sociais básicas de uma sociedade são, por exemplo, aquelas que constituem a sua organização política e económica, nomeadamente as que regem a liberdade de pensamento, de concorrência no mercado e de propriedade privada. A justiça destas instituições é crucial porque, argumenta, condicionam a distribuição de direitos e deveres e, através deles, todas as expectativas futuras de vida dos indivíduos e o seu grau de sucesso.

Por isso, o objetivo da sua investigação é o de alcançar princípios de justiça através dos quais se possam organizar as instituições sociais de forma justa.

Mas, coloca-se então a questão: como é possível uma sociedade justa? Como deve uma sociedade distribuir os seus bens? Como chegar aos princípios de justiça?

O ponto de partida de Rawls para alcançar os princípios de justiça é contratualista. Rawls considera que pessoas racionais, capazes de entender e aceitar uma argumentação que apele ao seu sentido de justiça, são capazes de imaginar um acordo, um contrato, que registe os princípios de justiça que devem reger as estruturas básicas da sociedade. O contrato, uma vez aceite, deve provocar o acordo voluntário, de forma que todos aceitem uma distribuição benéfica para todos dos bens sociais resultantes da cooperação social, como a riqueza.

Sabemos, porém, que os indivíduos, conhecendo a sua situação específica, nomeadamente o estatuto social da sua família, as suas capacidades ou limitações, a organização política do seu país, têm muita dificuldade em ser imparciais. Dificilmente deixam de definir princípios que, de alguma forma, possam maximizar as suas vantagens ou minimizar as suas desvantagens.

Para superar esta dificuldade, Rawls elabora uma experiência intelectual cujo objetivo é o de colocar todos os contraentes em situação de igualdade, garantindo dessa forma, a sua imparcialidade. A essa experiência intelectual Rawls chamou posição original. Rawls não considera que a situação de “posição original” tenha alguma vez ocorrido historicamente ou que venha a ocorrer. É apenas uma simulação, uma hipótese, uma

situação imaginária que tem por objetivo alcançar a máxima equidade na definição dos princípios de justiça, ou seja, garantir que os princípios de justiça dêem as maiores vantagens para todos, independentemente da sua situação concreta.

Em que consiste a posição original?

A posição original consiste em colocar os possíveis contraentes dos princípios de justiça sob um “véu de ignorância”, ou seja, uma situação em que desconhecem por completo o lugar que ocupam na sociedade.

Vejamos o que nos diz Rawls.

“Parte-se pois do princípio de que as partes desconhecem certos factos concretos. Antes de mais, ninguém conhece o seu lugar na sociedade, a sua posição de classe e o estatuto social; também não é conhecida a fortuna ou distribuição dos talentos naturais ou capacidades, a inteligência, a força, etc. Ninguém conhece a sua concepção de bem, os pormenores do seu projeto de vida ou sequer as suas características psicológicas especiais. Mais ainda, partodo princípio de que as partes não conhecem as circunstâncias particulares da sua própria sociedade, isto é, desconhecem a sua situação económica e política e o nível de civilização e cultura.” John Rawls (1993). *Uma Teoria da Justiça*.p.121.

Desconhecendo completamente tudo o que lhes diz respeito, considera Rawls, os indivíduos não seriam tentados a escolher princípios de justiça que pudessem beneficiar os detentores de algumas vantagens sociais. Imaginemos que o princípio de justiça estabelecia que apenas podiam ter acesso às profissões mais bem remuneradas os que possuíssem estatuto económico para frequentar as melhores universidades. Ora, não sabendo se se pertence a uma classe social abastada, seria irracional escolher este princípio porque isso poderia significar que aquele que o escolhe impeça a si próprio o acesso às profissões que podem gerar mais riqueza pessoal.

No entanto, se os parceiros desconhecem a sua situação concreta, como é que vão determinar os princípios de justiça? Rawls assegura um conjunto de condições que permitem às partes chegarem a um acordo sobre esses princípios. Antes de mais, possuem conhecimentos mínimos sobre o funcionamento da sociedade:

“É dado como adquirido que as partes conhecem os factos gerais da sociedade humana. Compreendem os assuntos políticos e os princípios da teoria económica; conhecem as bases da organização social e das leis da psicologia humana. Na verdade, presume-se que as partes conhecem os factos gerais que afetam a escolha dos princípios da justiça.” John Rawls (1993). *Uma Teoria da Justiça*. p. 121.

Para além disso, diz-nos Rawls, os sujeitos são racionais e possuem uma “concepção fina (thin) de bem”. Serem racionais significa que os sujeitos irão escolher os princípios que poderão vir a concretizar o maior número possível de desejos e que tenham maior probabilidade de sucesso.



Se um princípio, por exemplo, estabelecer que todos os indivíduos devem possuir o mesmo grau de riqueza, é possível que não seja escolhido, pois pode não resultar. Por exemplo, o que fariam as pessoas se, de cada vez que gerassem mais riqueza pessoal, a tivessem de distribuir para ficarem em situação igual aos que geraram menos riqueza? Imaginemos que um cientista, graças ao seu esforço pessoal e conhecimentos profundos na área da investigação da cura para o cancro, descobria uma possibilidade de aplicação de uma vacina preventiva. De acordo com a regra de que todos devem possuir o mesmo grau de riqueza, teria de distribuir o dinheiro que resultaria dessa descoberta até ficar com o mesmo que todas as outras pessoas. Será que as pessoas continuariam a trabalhar no sentido de gerar mais riqueza se tivessem sempre que a distribuir?

A “ideia fina de bem” consiste, de acordo com Rawls em os indivíduos possuírem a noção de que: “Devem tentar proteger as liberdades de que gozam, aumentar as respetivas oportunidades e alargar os meios de que dispõem para atingir os seus objetivos, sejam eles quais for.” John Rawls (1993). *Uma Teoria da Justiça*. p.125.

Por fim, Rawls estabelece ainda mais duas condições: na posição original, todos gozam os mesmos direitos no processo para a escolha dos princípios, pelo que todos podem apresentar propostas e submeter argumentos a seu favor; o proposto tem de ser reconhecido pelas partes e não pode ser revogado se uma das partes descobrir que tomou uma resolução que não a beneficia.

Estando assim definidos os pressupostos da posição original, que princípios de justiça escolheriam os indivíduos? Segundo Rawls, não escolheriam o utilitarismo. Sob o véu de ignorância, desconhecendo a classe social, o sexo, a etnia, as opiniões políticas, as convicções religiosas, as vantagens ou desvantagens genéticas, etc., rejeitariam a hipótese de ser oprimidos, ou instrumentalizados, ainda que isso pudesse beneficiar a maioria.

Quais são, então, os princípios de justiça a que os contraentes chegariam na posição original sob o véu de ignorância?

Rawls apresenta dois princípios de justiça, ainda que uma análise mais detalhada nos possa levar a concluir que no segundo princípio estão estabelecidos dois critérios de justiça complementares.

**Primeiro princípio:** princípio da liberdade igual para todos.

Este princípio diz-nos que:

“Cada pessoa deve ter um direito igual ao mais amplo sistema de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema de liberdades para todos.” John Rawls (1993). *Uma Teoria da Justiça*. p.239.

Rawls estabelece, com este princípio, que cada pessoa deve ter a maior quantidade possível de liberdades, sendo o único limite o equilíbrio que permita uma quantidade similar de liberdades para todas as outras pessoas.



O que entende Rawls por liberdades básicas?

“Entre elas contam-se, como particularmente importantes, a liberdade política (o direito a votar e de ocupar uma função pública) e a liberdade de expressão e de reunião; a liberdade de pensamento e de expressão; a liberdade de consciência e de pensamento; o direito à propriedade privada e à protecção contra a prisão arbitrária.” John Rawls (1993). *Uma Teoria da Justiça*.p.68.

**Segundo princípio:** princípio da diferença e da oportunidade justa.

O segundo princípio estabelecido por Rawls diz-nos que:

“As desigualdades económicas e sociais devem ser distribuídas para que, simultaneamente: redundem nos maiores benefícios possíveis para os menos beneficiados; sejam a consequência do exercício de cargos e funções abertos a todos em circunstâncias de igualdade equitativa de oportunidade. John Rawls *Uma Teoria da Justiça* (1993). p. 239.

Na primeira parte deste princípio, Rawls admite que possam existir desigualdades económicas e sociais (princípio da diferença), desde que dessas desigualdades resulte um maior benefício para a sociedade, nomeadamente para os que possuem menos.

Na segunda parte deste princípio, Rawls estabelece um outro limite à desigualdade social e económica, considerando que a mesma só é aceitável se, em primeiro lugar, o acréscimo de riqueza resultar do exercício de cargos e funções e se, em segundo lugar, todos tiverem igual possibilidade de exercer esses cargos e funções. Assim, uma sociedade justa deverá organizar-se no sentido de permitir que todos consigam desenvolver as capacidades que os levam a aceder aos cargos e funções geradores de riqueza. Criar condições para que todos possam frequentar a escola até uma idade mínima ou até adquirirem competências e conhecimentos profissionais mínimos são exemplos de como a sociedade se pode organizar no sentido de proporcionar igual acesso a cargos e funções.

### **Objeções à teoria de Rawls**

A *Teoria da Justiça* de Rawls é uma referência fundamental no âmbito da filosofia política contemporânea. Vários autores, ao longo das últimas décadas analisaram e criticaram a concepção de justiça proposta por Rawls. Robert Nozick foi um dos críticos de Rawls, em particular do princípio da diferença. A crítica deste filósofo político norte-americano assenta na concepção de que os indivíduos possuem direitos básicos, um dos quais o direito de possuir propriedade, e que esses direitos limitam a ação do Estado. Assim, o Estado não pode, segundo Nozick, interferir na posse de propriedade, a menos que esta tenha sido obtida por processos ilegais, tais como roubo ou a fraude. Desde que a posse de propriedade tenha resultado de meios legalmente estabelecidos, trabalho, doações ou heranças, o Estado não pode, por exemplo através de impostos mais altos para quem possui mais riqueza, retirar uma parte dos bens dos mais ricos e distribuí-los pelos mais carenciados.

Ora, os princípios de justiça, tal como foram concebidos por Rawls, implicam uma organização estrutural ou padronizada da sociedade. Quer isto dizer que regulam o funcionamento da sociedade de modo a repor o equilíbrio, sempre que necessário, entre os mais favorecidos e os mais desfavorecidos. No caso do princípio da diferença de Rawls, a desigualdade económica só é admissível se, de alguma forma, ela for benéfica para os mais desfavorecidos.

Nozick retira da aplicação do princípio da diferença uma consequência que considera inadmissível. Sempre que alguém, pelo esforço do seu trabalho ou por decisões sociais legítimas, aumenta significativamente a sua riqueza face aos demais, o Estado, se se aplicar o princípio da diferença de Rawls, tem de interferir para repor o equilíbrio, retirando uma parte aos que acumularam mais riqueza. Nozick considera que esta redistribuição é injusta, obriga o Estado a uma interferência constante na vida das pessoas, sobretudo ao nível da fiscalidade, o que representa uma intromissão permanente no sentido de corrigir as desigualdades, situação esta que é nitidamente uma violação dos direitos e liberdade dos indivíduos. Assim, a ideia central do pensamento de Nozick é que o princípio da diferença viola a liberdade porque interfere na vida das pessoas e não permite que sejam elas a decidir o que fazer com os seus bens ou riqueza. Como diz, se os ricos quiserem dispor de parte da sua fortuna para ajudarem os mais desfavorecidos isso será caridade ou filantropia, mas nada terá que ver com justiça. O que é justo é cada um ter em função daquilo que produz. Por outro lado, não considera a maneira como alguns indivíduos, como os deficientes mentais ou físicos, ficaram em situação de desvantagem, como também não considera as diferentes preferências e ambições de cada indivíduo, nem o modo distinto como as pessoas alcançam melhores condições de vida.

A contestação de Robert Nozick à teoria de Rawls, também evidencia uma concepção de Estado completamente distinta, já que a função do Estado deverá ser mínima: garantir a segurança dos cidadãos e da propriedade, impedindo apenas as situações de fraude ou de coacção; se ninguém for defraudado ou coagido então é livre e só isso importa.

Na sequência da análise do pensamento de Robert Nozick, algumas objeções podem efetivamente ser colocadas à teoria da justiça de Rawls, entre outras:

**Incentivos:** se as pessoas talentosas só podem beneficiar dos seus talentos em circunstâncias que favoreçam os menos favorecidos, não é possível que decidam trabalhar menos ou optar por trabalhos menos exigentes?

**Esforço/mérito:** não devem as pessoas que se esforçam mais ser recompensadas pelos resultados que os seus esforços produzem?

**Correr riscos:** e se algumas pessoas, colocadas na posição original, preferirem arriscar ao invés de escolher a solução conservadora e segura de que nos fala Rawls? Porque não imaginar que algumas estão dispostas a jogar e a correr riscos?

Os críticos de Rawls opõem-se à ideia do autor de que nunca merecemos o benefício retirado dos nossos talentos e esforço. Rawls responde aos seus críticos afirmando que quer os talentos, quer a capacidade para lutar por um objetivo são de tal maneira influenciados por fatores naturais e sociais que escapam ao controlo individual, e que não faz qualquer sentido falar em merecimento de recompensa.

A concepção comunitarista rejeita quer o liberalismo igualitário de Rawls, quer o libertarismo de Nozick. O comunitarismo contemporâneo foi inaugurado com a obra *Liberalismo e os Limites da Justiça*, em 1982, do filósofo político de Harvard, Michael Sandel. Contudo, o pensamento filosófico de Sandel destaca-se mais pela contestação a Rawls do que pela contribuição no sentido de construir uma teoria comunitarista de justiça. Michael Walzer, é comumente associado à linha da teoria da justiça distributiva considerada como mais marcadamente comunitarista: acredita que a cultura de cada sociedade deve ser a base para o estabelecimento dos critérios de distribuição dos bens sociais. No seu livro, *Esferas da Justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade*, o filósofo norte-americano descreve uma sociedade na qual nenhum bem social sirva, ou possa servir, de meio de dominação. Para Walzer, a sociedade é uma comunidade distributiva, e, para se implementar uma distribuição justa em determinada sociedade, num determinado tempo histórico, é necessário conhecer os significados dos bens sociais nessa sociedade e nesse momento da história. O ponto de partida da análise do autor faz-se, tendo em consideração uma comunidade específica, e pensar acerca da justiça significa sempre fazê-lo a partir de um determinado contexto, já que cada cultura estabelece quais são os seus bens mais ou menos importantes. Todos os bens são bens sociais na medida em que aquilo que os torna bens estimáveis e desejáveis é exactamente o sentido que lhes é atribuído numa comunidade. São esferas de bens sociais os bens fundamentais da vida social e comunitária. Podemos assim perceber em que sentido Walzer fala de esferas de justiça. Cada uma dessas esferas é composta por um bem ou um conjunto de bens, juntamente com os critérios da sua distribuição. Afirma que, para a distribuição dos bens sociais, pode-se apregoar, em busca da justiça, os critérios da igualdade simples ou os critérios da igualdade complexa. A igualdade simples entendida como a distribuição igual entre todos, de todos os bens sociais, para o autor, não é adequada para as sociedades humanas devido às diferenças que são próprias da vida comunitária. A igualdade complexa, para Walzer, é própria porque não visa estabelecer partes iguais entre todos, de todos os bens. O autor irá, segundo a linha de pensamento da "igualdade complexa", propor que a distribuição dos bens se dê de acordo com os significados sociais, portanto, garantindo as diferenças, sem por em causa a especificidade de cada contexto social. Para Walzer, a igualdade complexa, não elimina a desigualdade, mas certamente contribui para uma sociedade mais igual. Em contraste com a igualdade simples, a igualdade complexa que Walzer defende consiste em considerar que a posição de alguém numa esfera não é determinada pela posição que tem numa outra esfera. Deste modo. As vantagens que alguns possam ter numa esfera não são repercutidas nas outras.

Walzer afirma que nas sociedades democráticas, as esferas de bens sociais tornaram-se independentes umas das outras. Portanto, a justiça, na sociedade democrática, está condicionada à possibilidade das distribuições ocorrerem a partir de critérios próprios a cada um dos conjuntos de bens sociais significativos, evitando-se o predomínio de uma esfera sobre a outra. No capitalismo, o dinheiro e a propriedade costumam definir a distribuição das outras esferas. O predomínio do capital fora do mercado torna injusto o capitalismo. O controlo adequado advém do conhecimento do significado social dos bens. Para Walzer, na sociedade capitalista, precisamos de aprender sobre outros processos distributivos, para além do dinheiro e da mercadoria, e sobre sua autonomia relativa com relação ao mercado, para então pensar em bons limites, protecção entre as esferas: bons limites geram sociedades justas.

Quando, na democracia, os bens sociais estão em esferas autónomas, qualquer indivíduo poderá ter acesso a todos os bens, independentemente da sua posição, poder, riqueza, estatuto. A democracia coloca todos os indivíduos na posição de potencialidade de obtenção dos bens. Assim, há concorrência, disputas por bens. Por isso é preciso controle. A distribuição justa na sociedade democrática depende então da independência das esferas da justiça. E, para o autor, tudo se define na esfera da política. Por essa razão, o poder político é o bem mais significativo na atual sociedade democrática, razão da importância da educação. É a educação que possibilita o cidadão de exercer uma cidadania ativa.

Considerando, portanto, a relevância da independência e autonomia das diversas esferas para o estabelecimento da justiça, Walzer afirma que caberia ao Estado criar e cuidar das regras sobre a distribuição dos bens sociais. Mas o Estado será objeto de disputa. Acredita que uma maneira de limitar o poder político é distribuí-lo de forma abrangente.

Pode-se dizer que Walzer apresenta uma concepção pluralista de justiça. A justiça somente pode ser pensada na relação com o conhecimento da cultura de cada comunidade. A sua concepção de justiça expressa um papel mais restrito do Estado em relação ao que propõe Rawls. Não porque despreze a importância do Estado, mas para evitar o que se chama de tirania: o Estado só não seria tirano se cuidasse apenas de conhecer bem e, então, proteger as fronteiras das esferas dos bens sociais. Não poderia impor um critério de justiça construído numa esfera para o funcionamento de outra esfera. O autor defende, portanto, que a política não tem na prática tanto poder para se impor, porque seria, como ele disse, tirania. A ação do Estado, para Walzer, fica assim bastante dependente do contexto cultural, dos valores comunitários em que situamos a convivência social, as redes sociais que sustentam as nossas vidas, nos quais desenvolvemos os nossos projetos.

Para funcionar bem, o Estado precisa de conhecer profundamente os significados sociais de distribuição de bens presentes em cada esfera social, para proteger a invasão de uma esfera sobre a outra.

Walzer, tal como Michael Sandel, critica J. Rawls, na sua teoria da justiça como equidade, na medida em que este parte da concepção de um sujeito moral como um eu

completamente dissociado das suas experiências sociais e empíricas, revelando uma concepção de sujeito formal, desligado das contingências do mundo real. Esta crítica é estabelecida principalmente por Walzer, pois a teoria rawlsiana não respeita a cultura própria de uma comunidade política, criando um mecanismo artificial que não condiz com a realidade política da comunidade real. Para Walzer, a teoria rawlsiana erra quando pretende que as práticas da comunidade política sejam examinadas a partir da razão abstracta do filósofo e pensadas a partir de padrões abstractos e utópicos por ele construídos e identificados como princípios.

### **Nota Final**

Note-se que a concepção comunitarista não está contemplada no programa de Filosofia de 10º ano, não sendo por isso leccionada.

## Bibliografia

- MILL, John Stuart (2015). *Sobre a Liberdade*. Edições 70, Lda.
- NOZICK, Robert (2009). *Anarquia, Estado e Utopia*. Lisboa:Edições 70.
- RAWLS, John (1993). *Uma Teoria da Justiça*. Editorial Presença.
- RAWLS, John (1996). *O liberalismo político*.Editorial Presença.
- RENAULT, Alain, (2002). *História da Filosofia Política*. Lx. Ed Piaget.
- ROSAS, João Cardoso (2011). *Concepções da justiça*. Edições 70, Lda.
- ROSAS, João Cardoso (2015).*Manual de Filosofia Política*. Edições Almedina, S.A.
- SANDEL, Michael J. (2011). *Justiça, Fazemos o que devemos?*Tradução: Ana Cristina Pais. Editorial Presença, Lisboa.
- SANDEL, Michael J. (2005). *O Liberalismo e os limites da Justiça*. Lisboa, Fundação Gulbenkian.
- SANDEL, Michael J. (2015). *O que o dinheiro não pode comprar. Os limites morais dos mercados*. Tradução: Alberto Gomes. 1ª ed. Editorial Presença, Lisboa.
- SINGER, Peter (2006). *Como havemos de viver? A ética numa época de Individualismo*.Tradução: Fátima St. Aubyn. 1ª ed. Dinalivro Lisboa.
- SINGER, Peter (2000). *Ética Prática*. Lisboa, Gradiva.
- WALZER, Michael (2003). *Esferas da justiça: Uma defesa do pluralismo e da igualdade*.Tradução: Jussara Simões. 1ª ed. Martins Fontes, São Paulo.
- WOLFF, Jonathan (2004).*Introdução à Filosofia Política*.Lx, Gradiva.

## ANEXOS

### I – Textos

#### Texto A

##### **Imperativo categórico *versus* imperativo hipotético**

(...) Kant distingue duas maneiras como a razão pode comandar a vontade, dois tipos diferentes de imperativo. Um tipo de imperativo, talvez o mais familiar, é o imperativo hipotético. Os imperativos hipotéticos usam a razão instrumental: se quer X, então faça Y. Se quer ter uma boa reputação nos negócios, então trate os seus clientes com honestidade.

Kant opõe os imperativos hipotéticos, que são sempre condicionais, a um tipo de imperativo que é incondicional: o imperativo categórico. «No caso de a ação ser apenas boa como meio para qualquer outra coisa», escreve Kant, o imperativo é hipotético. «Se a ação é representada como boa em si mesma e, por conseguinte, necessária para uma vontade conforme à razão, então o imperativo é categórico.» O termo categórico pode parecer muito técnico, mas não está assim tão distante do uso comum que fazemos dele. Com «categórico» Kant quer dizer incondicional. Por conseguinte, por exemplo, quando um político faz um desmentido categórico de um alegado escândalo, o desmentido não é meramente enfático; é incondicional – sem qualquer lacuna ou exceção. Do mesmo modo, um dever categórico ou um direito categórico é aquele que se aplica independentemente das circunstâncias.

Para Kant, um imperativo categórico comanda, bem, categoricamente – sem referência a ou dependência de qualquer outro objetivo. «Está relacionado não com a questão da ação e dos seus pretensos resultados, mas sim com a sua forma e com o princípio que lhe está subjacente. E o que é essencialmente bom na ação consiste na disposição mental, sejam quais forem as consequências.» Segundo Kant, apenas um imperativo categórico se pode qualificar como um imperativo de moralidade.

(...) Ser livre no sentido de autónomo requer que eu aja não por um imperativo hipotético mas sim por um imperativo categórico.

O que suscita uma grande questão: qual é o imperativo categórico e o que exige de nós? Kant afirma que podemos responder a esta questão com base na ideia de «uma lei prática que, por si só, comanda de forma absoluta e sem mais motivos». Podemos

responder a esta ideia com base na ideia de uma lei que nos une enquanto seres racionais, independentemente dos nossos fins específicos. Então o que é?

Kant apresenta várias versões ou formulações do imperativo categórico, que julga significarem todas a mesma coisa.

#### Imperativo categórico 1: universalize a sua máxima

Kant designa a primeira versão de fórmula da lei universal: «Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal». Por «máxima» Kant entende uma regra ou princípio que proporciona a razão para a sua ação. Na verdade, está a dizer que devemos agir apenas segundo princípios que poderíamos universalizar sem contestação. Para perceber o que Kant quer dizer com este teste notoriamente abstrato, consideremos uma questão moral concreta: será que alguma vez é correto fazer uma promessa que sabe não poder cumprir?

Suponha que necessito urgentemente de dinheiro e lhe peço um empréstimo. Tenho perfeita consciência de que não conseguirei pagá-lo nos tempos mais próximos. Seria moralmente admissível conseguir o empréstimo fazendo a falsa promessa de devolver o dinheiro rapidamente, uma promessa que sei que não posso cumprir? Seria uma falsa promessa compatível com o imperativo categórico? Kant afirma que não, obviamente que não. A forma que tenho de ver se a falsa promessa se coaduna ou não com o imperativo categórico é tentando universalizar a máxima segundo a qual estou prestes a agir.

Qual é a máxima neste caso? Algo do género: «Sempre que alguém precisar muito de dinheiro, deverá pedi-lo emprestado e prometer restituir o dinheiro, mesmo sabendo que não poderá fazê-lo». Se tentasse universalizar esta máxima e, ao mesmo tempo, agir de acordo com ela descobriria uma contradição, afirma Kant. Se toda a gente fizesse falsas promessas sempre que precisasse de dinheiro, ninguém acreditaria nessas promessas. Na verdade, não haveria sequer promessas; a universalização da falsa promessa abalaria essa instituição. Mas então seria inútil, mesmo irracional, tentar obter dinheiro através de promessas. Isto demonstra que fazer falsas promessas é moralmente errado, contrário ao imperativo categórico.

Algumas pessoas consideram esta versão do imperativo categórico de Kant pouco convincente. A fórmula da lei universal tem algumas parecenças com o hábito que aqueles adultos chatos têm de disciplinar as crianças que passam à frente na fila ou falam quando não é a vez delas: «E se toda a gente fizesse isso?» Se toda a gente



mentisse, ninguém poderia confiar na palavra de ninguém, e todos sairíamos prejudicados. Se é isso que Kant está a dizer, está no fundo a formular um argumento consequencialista– rejeitando a falsa promessa não por princípio, mas sim pelos seus eventuais efeitos ou consequências prejudiciais.

Foi, nem mais nem menos, John Stuart Mill quem lançou esta crítica a Kant. Mas Mill não percebeu o objetivo de Kant. Para Kant, perceber se posso universalizar a máxima da minha ação e continuar a agir de acordo com ela não é uma forma de especular sobre possíveis consequências. É um teste para ver se a minha máxima está de acordo com o imperativo categórico. Uma falsa promessa não é moralmente errada por, como é óbvio, abalar a confiança social (embora o possa fazer). É errada porque, ao fazê-la, estou a privilegiar as minhas necessidades e desejos (neste caso, de dinheiro) acima dos de toda a gente. O teste da universalização remete para um pressuposto moral importante: é uma maneira de confirmar se a ação que estou prestes a empreender coloca os meus interesses e circunstâncias especiais à frente dos de todos os outros.

M. J. Sandel, *Justiça. Fazemos o que devemos*, Presença, 2011, pp. 127-130.

## Texto B

### II. 3.1.3 – A necessidade de fundamentação da moral – A ética kantiana

Texto da página 152 do Manual

**Título:** Uma ética centrada na intenção

**Autor e obra:** Roger J. Sullivan: *An introduction to Kant's ethics*

## Conteúdo

Neste texto, Roger Sullivan, um especialista em Kant, expõe a natureza deontológica da ética kantiana – uma ética centrada no dever e na intenção subjacente à ação.

A pessoa dotada de um caráter moralmente bom é aquela que se preocupa acima de tudo com a intenção que a leva a agir e não com as consequências da sua ação. Todavia, não é uma qualquer intenção que é moralmente boa, por exemplo, a intenção de ser feliz, por mais respeitável que seja, em si mesma, não é eticamente valiosa, apenas o é a intenção de querer cumprir o dever.

Há ainda uma terceira condição implícita na intenção moralmente boa, essa condição implica que se queira cumprir o dever por respeito ao próprio dever com completa independência de quaisquer benefícios ou interesses pessoais.

## Interesse do texto

Este texto pode ser utilizado não só para caracterizar a ética kantiana como ainda para introduzir o utilitarismo, dado que aflora as duas perspetivas éticas: a deontológica e a consequencialista; presta-se ainda a uma avaliação crítica das duas teorias morais.

## Estrutura

A estrutura é descritiva-sequencial, recorrendo ainda a argumentos para fundamentar cada etapa dessa caracterização sequencial.

## Proposta de exploração

Reorganização da informação através do preenchimento do quadro.

Uma Ética centrada na intenção		
Perguntas formuladas por Kant	Respostas que lhes dá	Fundamentação das respostas (argumentos)
1.		
2.		
3.		

## Quadro preenchido

Uma Ética centrada na intenção		
Perguntas formuladas por Kant	Respostas que lhes dá	Fundamentação das respostas (argumentos)
1. O que é que faz com que uma pessoa seja moralmente boa?	– A bondade moral da pessoa depende totalmente da intenção que está por detrás das suas ações.	– Em moralidade o que importa é a intenção porque é aquilo que se encontra sob controlo da pessoa; as consequências da ação em contrapartida fogem ao seu controlo.
2. Que tipo de intenção faz com que uma pessoa seja moralmente boa?	– A intenção boa é querer agir por motivo do dever.	– A intenção boa não pode ser querer ser feliz, toda a gente o percebe, logo só pode ser querer cumprir o dever.
3. O que é ter a intenção de agir por dever?	– É fazer aquilo a que a lei moral – imperativo categórico – obriga, por respeito à própria lei.	– Só o sentido do dever nos leva ao respeito pela lei, independentemente de quaisquer benefícios ou interesses pessoais.

## Texto C

### Direitos individuais

Para muitas pessoas, a fragilidade mais óbvia do utilitarismo é o facto de não respeitar os direitos individuais. Ao preocupar-se apenas com a soma das satisfações, pode desrespeitar os indivíduos. Para os utilitaristas, os indivíduos importam, mas apenas na medida em que as preferências de cada pessoa devem ser contabilizadas juntamente com as de todas as outras. Mas isto significa que a lógica utilitarista, quando aplicada de forma consistente, pode sancionar formas de tratar as pessoas que violam aquilo que consideramos serem as normas fundamentais da decência e do respeito, como ilustram os casos que se seguem:

#### *Lançar os cristãos aos leões*

Na Roma Antiga, lançavam os cristãos aos leões no Coliseu para divertimento do povo. Imagine como não seria o cálculo utilitarista: sim, o cristão sofre dores agonizantes quando o leão o abocanha e devora. Mas pense no êxtase coletivo dos espectadores que encham o Coliseu e que dão vivas. Se houver um número suficiente de romanos a retirar prazer suficiente do espetáculo violento, haverá motivo para um utilitarista o condenar? O utilitarista poderá reear que tais jogos vulgarizarem hábitos e produzam mais violência nas ruas de Roma; ou causem medo e agitação entre potenciais vítimas e um dia, também elas, poderem ser lançadas aos leões. Se estes efeitos forem suficientemente maus, poderão eventualmente exceder o prazer que os jogos proporcionam, e dar ao utilitarista uma razão para os proibir. Mas se estes cálculos forem as únicas razões para desistir de sujeitar os cristãos a uma morte violenta em nome do divertimento, não estará a faltar algo em termos de importância moral?

M. J. Sandel, *Justiça. Fazemos o que devemos*, Presença, 2011, p. 46.

## Texto D

### É incorreto mentir a um assassino?

Kant adota uma posição muito dura em relação à mentira. Na obra *Fundamentação* a mentira é dada como principal exemplo de comportamento imoral. Mas suponha que

um amigo estava escondido em sua casa e um assassino batia à porta à procura dele. Não seria correto mentir ao assassino?

Kant afirma que não. O dever de dizer a verdade prevalece independentemente das consequências. Benjamin Constant, um filósofo francês contemporâneo de Kant, discordou desta atitude inflexível. O dever de dizer a verdade aplica-se, afirmava Constant, apenas a quem merece a verdade e, seguramente, esse não é o caso do assassino. Kant respondeu que mentir ao assassino é incorreto, não porque o prejudique, mas porque viola o princípio do direito: «A honestidade em declarações que não podem ser evitadas é o dever formal do homem para com todas as pessoas, por grande que seja o prejuízo que isso lhe possa causar ou a qualquer outra pessoa».

Como é óbvio, ajudar um assassino a cometer a sua má ação é um prejuízo «muito grande». Mas lembre-se de que, para Kant, a moralidade não tem que ver com as consequências, tem que ver com o princípio. Não pode controlar as consequências da sua ação – neste caso, dizer a verdade – uma vez que as consequências estão ligadas à contingência. Tanto quanto sabe, o seu amigo, temendo que o assassino estivesse no seu encaço, já se esgueirou pela porta dos fundos. A razão pela qual tem de dizer a verdade, afirma Kant, não é o facto de o assassino ter direito à verdade, ou de uma mentira o prejudicar. É o facto de que uma mentira – qualquer mentira – «viciar precisamente o fundamento do direito... Ser verdadeiro (honesto) em todas as declarações é, portanto, um mandamento sagrado e incondicional da razão que não permite subterfúgios de nenhuma espécie».

Parece uma posição estranha e extrema. Com certeza não temos o dever moral de dizer a um soldado nazi que Anne Frank e a sua família estão escondidas no sótão. (...)

M. J. Sandel, *Justiça. Fazemos o que devemos*, Presença, 2011, pp. 141-142.

## Texto E

### II. 3.1.5 – Ética, direito e política

Texto da página 171 do Manual

**Título:** A escolha dos princípios de justiça sob um véu de ignorância

**Autor e obra:** John Rawls: *Uma teoria da justiça*

## Conteúdo

John Rawls entende que o Estado tem por função organizar a vida social, atribuindo direitos e deveres aos cidadãos e dividindo os benefícios resultantes da vida em sociedade. Para exercer essa função tem de estabelecer princípios gerais que devem presidir a essa atribuição e distribuição.

Partindo do pressuposto de que os seres humanos são “entidades morais” – seres racionais com finalidade própria – capazes de serem justos se a situação for equitativa, isto é, se se encontrarem numa situação de igualdade, Rawls defende que os princípios devem ser escolhidos como se aqueles que os escolhem se encontrassem sob um véu de ignorância, a fim de serem imparciais e de se deixarem guiar exclusivamente pela razão. Nessas circunstâncias tenderão a escolher princípios justos para a organização do Estado pois não poderão escolher em função de interesses pessoais, já que não sabem quais estes sejam.

### **Interesse do texto**

O texto permite rever a teoria do contrato social que a teoria de Rawls reformula – os princípios de organização da vida social são estabelecidos por acordo entre os indivíduos – iguais e livres – que vão integrar a sociedade politicamente organizada. Permite ainda perceber como a teoria de Rawls retoma princípios da ética kantiana, aplicados à vida política: os seres que escolhem são seres racionais, capazes de serem justos e imparciais, colocando de lado interesses e vantagens pessoais – é na razão que vai radicar a justiça.

### **Estrutura do texto**

O texto tem uma estrutura descritiva-argumentativa. Descreve-se o método a adotar para escolher os princípios que vão reger a sociedade politicamente organizada e justifica-se a utilização desse método.

### **Proposta de exploração**

Reorganização da informação através do preenchimento do quadro.

<b>A escolha dos princípios de justiça sob um véu de ignorância</b>	
Função do Estado, segundo Rawls	
Método que idealmente o Estado deveria seguir para exercer a sua função e escolher os princípios de organização social	
Pressupostos da situação hipotética indispensáveis para se garantir uma escolha justa de princípios.	
Porquê escolher os princípios sob um véu de ignorância?	
Conceção de ser humano de que Rawls parte	

## Quadro preenchido

A escolha dos princípios de justiça sob um véu de ignorância	
Função do Estado, segundo Rawls	Atribuir direitos e deveres e dividir os benefícios da vida em sociedade.
Método que idealmente o Estado deveria seguir para exercer a sua função e escolher os princípios de organização social	Procedimento racional feito a partir de uma situação hipotética que permite que a situação das pessoas que escolhem seja de igualdade.
Pressupostos da situação hipotética indispensáveis para se garantir uma escolha justa de princípios.	Ninguém conhece: 1.a sua efetiva situação e estatuto social; 2.a parte que lhe coube na distribuição de atributos e talentos naturais; 3.as ideias que tem acerca do bem ou mesmo as suas tendências psicológicas.
Porquê escolher os princípios sob um véu de ignorância?	Quem escolhe tende a ser justo porque tem de ser imparcial, tem de ignorar interesses ou vantagens pessoais, pois, por hipótese, nem sequer os conhece e se escolher “mal” pode vir a sofrer as consequências.
Conceção de ser humano de que Rawls parte	Os indivíduos humanos são entidades morais – seres racionais com finalidade própria – capazes de sentido de justiça numa situação equitativa.

## Texto F

### II. 3.1.1 – Intenção ética e norma moral

Texto da página 129 do Manual

**Título:** Porque é a reflexão ética necessária?

**Autor e obra:** Hugh LaFollette: *Ethics in practice*

## Conteúdo

Começa por se referir que a maior parte das pessoas se limita a seguir as normas socialmente estabelecidas (moral) que incorporam aquilo que o senso comum pensa. Em seguida, recorrendo-se a exemplos históricos, mostra-se que é insuficiente seguir o senso comum em termos de moralidade porque, precisamente por tal ter acontecido, ao longo do processo histórico cometeram-se as maiores injustiças e barbaridade: justificou-se a escravatura, os genocídios, a condenação à morte das “bruxas” e a negação de direitos fundamentais às mulheres. Todos esses atropelos aos direitos mais fundamentais dos seres humanos ocorreram com a conivência da generalidade daqueles

que direta ou indiretamente deles beneficiaram; se tivessem parado para pensar, provavelmente não lhes teriam dado tão facilmente a sua anuência. Logo, impõe-se que reflitamos eticamente.

### Interesse do texto

Este texto mostra como é fácil, natural e até trivial pactuar com a injustiça desde que nos demitamos de pensar. Isto é, a maioria das pessoas, que não é muito amiga de se autoexaminar, até pode “encher a boca” com a retórica da moralidade e do dever, mas, quando a oportunidade surge, pactua com a injustiça como se fosse a coisa mais natural do mundo.

A partir do texto e dos exemplos citados podemos ainda lembrar que nem os próprios filósofos estão imunes a esta crítica, recordemos Aristóteles e a sua defesa de que a mulher era um homem falhado e por isso um ser inferior, ou a defesa da escravatura que também fez. Ou ainda os genocídios que foram (e continuam a ser) cometidos e justificados em nome da necessidade de se propagar determinadas crenças religiosas e determinados valores.

### Estrutura do texto

Neste texto, embora de forma não canónica, defende-se uma tese – a de que cada um de nós deve empreender a reflexão ética, questionando a justeza dos princípios que a sociedade lhe apresenta. Esta tese é defendida com base no argumento pelo exemplo – invocam-se testemunhos históricos que comprovam a necessidade de refletir eticamente.

### Proposta de exploração

Reorganização da informação através do preenchimento do quadro.

Porque é a reflexão Ética necessária?	
Tese defendida (escolher expressões do texto para a referir)	
Argumento a favor da tese	
Condições para o exercício da autocritica	

### Quadro preenchido

Porque é a reflexão ética necessária?	
Tese defendida (escolher expressões do texto para a referir)	“Devemos escrutinar as nossas crenças, as nossas escolhas e as nossas ações” – a reflexão ética é uma obrigação.
Argumento a favor da tese	A história mostra que “por não serem suficientemente autocríticos” – não terem escrutinado as suas crenças, escolhas e ações –

	os nossos antepassados cometeram as maiores atrocidades.
Condições para o exercício da autocrítica	Informação; ultrapassagem do egoísmo; assunção de um pensamento autónomo.

## Texto G

### O estado natural

(...) A questão tratada por Locke neste texto é: «Qual é a origem e o limite da autoridade política legítima?»; ou, para a colocar de forma mais pragmática, «porque devem as pessoas obedecer aos governantes e em que circunstâncias se justifica que as pessoas se oponham a quem as governa?».

#### O estado natural e as leis naturais

Para responder a estas questões, Locke, tal como se verifica com inúmeros filósofos que o precederam e que o seguiram, imagina como seria a vida no estado natural, isto é, num mundo sem quaisquer leis impostas por um governo e sem uma sociedade organizada. Este tipo de experiência mental não se destina, habitualmente, a tentar perceber como teria, de facto, sido a vida num determinado período. Trata-se, pelo contrário, de uma história inventada para colocar em relevo as justificações filosóficas para a constituição de uma sociedade com um governo e leis.

Hobbes considerava que, no estado natural, os indivíduos se encontrariam num estado de guerra permanente uns contra os outros, competindo por recursos limitados, enquanto o estado natural descrito por Locke, pelo contrário, constitui um cenário em tudo mais aprazível. Para Hobbes, os indivíduos no estado natural seriam guiados pelos seus apetites e desejos e a prudência ditaria que realizassem ações de antecipação contra potenciais competidores. No entanto, Locke acredita que, mesmo num estado anterior a qualquer sociedade humana organizada, os seres humanos estariam vinculados pelo que designa como leis naturais, que proíbem causar dano aos outros.

As leis naturais são leis estabelecidas por Deus e que qualquer ser humano é capaz de descobrir por meio da reflexão. No estado natural descrito por Locke, os indivíduos são



iguais e livres. Não existe qualquer hierarquia natural que coloque um ser humano numa posição superior à de outro: todos valem o mesmo e todos são iguais perante Deus. Os indivíduos são, também, livres, mas esta liberdade não deve ser confundida com licenciosidade (a liberdade para se fazer o que se quer). A liberdade de cada um, mesmo no estado natural, é limitada pelas leis naturais estabelecidas por Deus, evidentes por si mesmas, que proíbem os indivíduos de cometer suicídio (uma vez que Deus pretendeu claramente que os seres humanos vivessem até ao limite natural da sua vida) e de causar dano aos outros (visto que Deus criou os seres humanos como iguais para não se explorarem uns aos outros).

Uma das razões pelas quais o estado natural de Locke se apresenta como muito mais agradável do que a guerra brutal de todos contra todos, descrita por Hobbes, é o facto de Locke acreditar que as leis naturais podem ser aplicadas por qualquer indivíduo. Isto inclui a imposição de castigos devido ao incumprimento das leis naturais. Mesmo fora do contexto da sociedade, as leis naturais estabelecidas por Deus são válidas e aplicáveis. Se, por exemplo, alguém atacasse outra pessoa sem qualquer razão legítima, uma vez que a lei da natureza proíbe magoar alguém sem justificação, essa pessoa teria, então, o direito natural de castigar a outra, por forma a conseguir uma certa forma de compensação e para a impedir de cometer mais atos violentos. Este direito de castigar é extensivo àqueles que não estão diretamente envolvidos na situação. Uma outra pessoa poderia descobrir o que se passou e decidir castigar o prevaricador de acordo com o ato cometido. Torna-se óbvio que, no estado natural, se correria o risco que os indivíduos se mostrassem parciais na sua defesa das leis naturais, uma vez que tenderiam a privilegiar os seus próprios interesses, sob o pretexto de estar a aplicar as leis naturais. Esta é uma das razões pelas quais formar uma sociedade organizada e um governo representa uma melhoria relativamente ao estado natural, uma vez que um governo pode estabelecer um poder judicial independente.

N. Warburton, *Grandes Livros de Filosofia*, Edições 70, 2012, pp. 90-91.

## **Texto H**

### **Liberdade e responsabilidade**

(...) Do que se trata é de levarmos a sério a liberdade, ou seja, de sermos responsáveis. O que há de sério na liberdade é que ela tem efeitos indubitáveis, que não se podem apagar quando isso nos convém, uma vez que tenham sido produzidos. Sou livre de

comer ou não comer o pastel que tenho à minha frente; mas, depois de o ter comido, já não sou livre de o ter à minha frente ou não. Dou-te outro exemplo, desta vez de Aristóteles (sabes, esse velho grego que falava do barco e da tempestade): se tiver uma pedra na mão, sou livre de ficar com ela ou de deitá-la fora, mas se a atirar para longe já não poderei ordenar-lhe que volte para que eu continue com ela na mão. E se com a pedra partir a cabeça de alguém... estás a ver, não estás? O que há de sério na liberdade é que cada ato livre que faço limita as minhas possibilidades quando escolho realizar uma delas. E não vale fazer batota e esperar para ver se o resultado é bom ou mau, antes de assumir se sou ou não responsável por ele. Desse modo, talvez seja possível enganar um observador exterior, como pretende a criança que diz «não fui eu!», mas a nós próprios nunca nos podemos enganar por completo. Pergunta (...) ao Pinóquio!

De maneira que aquilo a que chamamos «remorso» não é mais do que o descontentamento que sentimos connosco quando empregámos mal a nossa liberdade, quer dizer, quando a utilizámos em contradição com o que deveras queremos como seres humanos. E sermos responsáveis é sabermos-nos autenticamente livres, para o bem e para o mal: assumirmos as consequências do que fizemos, emendar o mal que possamos emendar e aproveitarmos o bem ao máximo. Ao contrário da criança malcriada e cobarde, o indivíduo responsável está sempre pronto a responder pelos seus atos: «Sim, fui eu!». O mundo que nos rodeia, se reparares, está cheio de ocasiões que podem servir ao sujeito para se desfazer da sua responsabilidade. A culpa do mal que sucede parece ser das circunstâncias, da sociedade em que vivemos, do sistema capitalista, do carácter que tenho (sou assim!), de não ter sido bem-educado (ou de me terem mimado em excesso), dos anúncios da televisão, das tentações que se oferecem nos escaparates, dos exemplos irresistíveis e perniciosos... Acabo de empregar a palavra-chave destas justificações: irresistível. Todos os que querem demitir-se das suas responsabilidades acreditam no irresistível, naquilo que subjuga sem remédio, seja a propaganda, a droga, o apetite, o suborno, a ameaça, a maneira de ser... qualquer coisa serve. Quando aparece o irresistível, zás, deixa-mos de ser livres e convertemo-nos em fantoches articulados a que não é possível pedir contas. (...) E se eu te dissesse que o «irresistível» não é mais do que uma superstição inventada pelos que têm medo da liberdade? (...)

O núcleo da responsabilidade, se te interessa sabê-lo, não consiste simplesmente em termos a decência ou a honradez de assumirmos as nossas patadas na poça sem procurar desculpas à direita e à esquerda. Quem é responsável é consciente do real da sua

liberdade. E uso «real» no duplo sentido de «autêntico» ou «verdadeiro» e no de «próprio de um rei»: aquele que toma decisões sem que ninguém acima de si lhe dê ordens. Responsabilidade é saber que cada um dos meus atos me vai construindo, me vai definindo, me vai inventando. Ao escolher aquilo que quero vou transformando-me pouco a pouco. Todas as minhas decisões deixam a sua marca em mim antes de a deixarem no mundo que me rodeia. E, evidentemente, depois de aplicada a minha liberdade em me ir construindo um rosto, já não posso queixar-me ou assustar-me com o que vejo no espelho quando me olho... Se ajo bem ser-me-á cada vez mais difícil agir mal (e inversamente, por infelicidade): assim, o ideal é irmos apanhando o vício... de viver bem. Quando no *western* o herói tem ensejo de disparar contra o vilão pelas costas, mas diz: «Eu não posso fazer uma coisa dessas», todos percebemos o que ele quer dizer. Disparar, aquilo a que se chama disparar, claro que poderia fisicamente fazê-lo, só que o herói não tem semelhantes costumes. Por alguma coisa é ele, afinal, o «bom» da história! Quer continuar a ser fiel ao tipo que escolheu ser, a esse tipo de homem que fabricou livremente desde há muito.

F. Savater, *Ética Para Um Jovem*, Dom Quixote, 2005, pp. 91-94.

## **Texto I**

### **O raciocínio de John Rawls**

O raciocínio de Rawls é o seguinte: suponha que nos reuníamos, tal como agora, para escolher os princípios que deverão reger a nossa vida coletiva – para escrever um contrato social. Que princípios escolheríamos? Provavelmente teríamos dificuldades em chegar a acordo. Pessoas diferentes iriam preferir princípios diferentes, que refletissem os seus diversos interesses, crenças morais e religiosas, e posições sociais. Algumas pessoas são ricas e outras são pobres, algumas têm poder e bons contactos, outras nem tanto. Algumas são membros de minorias raciais, étnicas ou religiosas; outras não.

Poderíamos chegar a um compromisso. Mas mesmo o compromisso provavelmente iria refletir o poder de negociação superior de algumas pessoas em relação às outras. Não há razão para presumir que um contrato social estabelecido desta maneira seria um acordo justo.

Agora considere uma experiência mental: suponha que quando nos reunimos para escolher os princípios não sabemos que posição iremos ter na sociedade. Imagine que escolhemos sob um «véu de ignorância» que nos impede temporariamente de saber seja

o que for sobre quem somos especificamente. Não sabemos qual é a nossa classe ou sexo, a nossa raça ou etnia, as nossas opiniões políticas ou convicções religiosas. Nem sabemos quais são as nossas vantagens e desvantagens – se somos saudáveis ou débeis, se temos um curso superior ou a escolaridade obrigatória, se nascemos numa família unida ou num lar desfeito. Se ninguém soubesse nenhuma destas coisas, escolheríamos, com efeito, a partir de uma posição original de igualdade. Como ninguém estaria numa posição de negociação superior, os princípios com que concordaríamos seriam justos.

É esta a noção de contrato social de Rawls – um acordo hipotético numa posição original de igualdade.

Rawls convida-nos a perguntar que princípios nós – enquanto pessoas racionais e com interesses pessoais – escolheríamos se nos encontrássemos nessa situação. Não parte do princípio de que somos todos motivados pelo egoísmo na vida real, apenas que púnhamos de lado as nossas convicções morais e religiosas para realizar a experiência mental. Que princípios escolheríamos?

Antes de mais, argumenta que não escolheríamos o utilitarismo. Sob o véu da ignorância, cada um de nós pensaria, «Tanto quanto sei, posso acabar por ser membro de uma minoria oprimida». E ninguém haveria de querer correr o risco de ser o cristão lançado aos leões para gáudio da multidão. Nem escolheríamos um princípio puramente *laissez-faire* libertário que desse às pessoas o direito de ficar com todo o dinheiro que ganhassem numa economia de mercado. «Posso acabar por ser o Bill Gates», pensaria cada pessoa, «mas também posso acabar por ser um sem-abrigo. Por isso, é melhor evitar um sistema que me pudesse deixar na penúria e sem ajuda.»

Rawls considera que do contrato hipotético nasceriam dois princípios de justiça. O primeiro concede liberdades básicas iguais a todos os cidadãos, como a liberdade de expressão e de religião. Este princípio tem prioridade em relação a considerações de utilidade social e de bem-estar geral. O segundo princípio diz respeito à igualdade social e económica. Embora não exija uma distribuição igual de rendimento e riqueza, permite apenas as desigualdades sociais e económicas que beneficiem os membros mais desfavorecidos da sociedade.

M. J. Sandel, *Justiça. Fazemos o que devemos*, Presença, 2011, pp. 150-151.

## **Texto J**

### **O utilitarismo de Bentham**

Mais importante e influente do que isto foi a teoria de Bentham sobre como devemos viver.

Conhecida como utilitarismo ou Princípio da Maior Felicidade, trata-se da ideia de que a coisa certa a fazer é aquilo que produz maior felicidade. Embora não tenha sido o primeiro a sugerir esta abordagem da moralidade (Francis Hutcheson, por exemplo, já o fizera), foi o primeiro a explicar em pormenor como pode esta ideia ser posta em prática. Bentham queria reformar as leis de Inglaterra de maneira a que fosse possível criar maior felicidade.

Mas, o que é a felicidade? Pessoas diferentes parecem usar o termo de modos diferentes. Bentham tinha uma resposta direta para a questão. Tem tudo a ver como nos sentimos. A felicidade é prazer e ausência de dor. Mais prazer, ou uma quantidade maior de prazer do que de dor, significa mais felicidade. Para ele, os seres humanos eram muito simples. A dor e o prazer são os grandes guias da vida que a natureza nos deu. Procuramos experiências prazenteiras e evitamos as dolorosas. O prazer é a única coisa boa em si mesma. Tudo o que queremos é porque acreditamos que nos dará prazer ou nos ajudará a evitar a dor. Portanto, se uma pessoa quiser um gelado, este não é bom apenas pelo gelado em si. O interesse do gelado é que, provavelmente, lhe dará prazer quando o comer. De forma similar, tentamos evitar queimarmo-nos, pois isso seria doloroso.

Como se avalia a felicidade? Pense numa altura em que foi realmente feliz. Como se sentia? Seria capaz de atribuir um valor à sua felicidade? Por exemplo, seria um nível de sete ou oito numa escala de dez? Sou capaz de recordar uma viagem num barco em Veneza, que parecia um nove e meio ou até um dez quando o condutor acelerou com o Sol a pôr-se numa paisagem maravilhosa, os salpicos da lagoa no meu rosto, e a minha mulher e os meus filhos a rirem de excitação. Não parece absurdo poder avaliar experiências deste género. Bentham acreditava certamente que o prazer podia ser quantificado e que prazeres diferentes podiam ser comparados na mesma escala, com as mesmas unidades.

«Cálculo Felificic» foi o nome que deu ao seu método de calcular a felicidade. Em primeiro lugar, determina-se a quantidade de prazer que uma ação particular pode provocar. Em seguida, leva-se em conta quanto durará o prazer, a sua intensidade e a sua probabilidade de dar origem a outros prazeres.



Depois, subtraem-se quaisquer unidades de dor que possam ser provocadas pela sua ação. O resultado é o valor de felicidade da ação. Bentham chamava-lhe a sua «utilidade», pois quanto mais prazer for provocado por uma ação, mais útil será para a sociedade. É por isso que a sua teoria é conhecida por utilitarismo. Compara-se a utilidade de uma ação com os resultados de outras ações possíveis e escolhe-se aquela que provoca mais felicidade. É simples.

N. Warburton, *Uma Pequena História da Filosofia*, Edições 70, pp. 130-131.

## II – PowerPoints



### III – Testes

 	<i>Escola Secundária Martins Sarmiento</i>	
	Teste Sumativo de Filosofia - 10º ano	
Turma : ____ Nome: _____		
Nº ____ Data: 20.04.2016		

Leia com atenção todo o enunciado antes de responder. Não esqueça que deve demonstrar não só os seus conhecimentos, mas também a capacidade de análise, síntese, fundamentação, relacionação, clareza de exposição, estruturação do que diz e sentido crítico.

#### GRUPO I

Na resposta a cada um dos itens 1. a 15., seleccione a opção que permite obter a única afirmação correcta. Escreva, na folha de respostas, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

**1. O termo “consequencialismo” é usado para descrever teorias éticas que...**

- A. Avaliam as ações em função da intenção do agente.
- B. Avaliam as ações atendendo aos resultados efetivos ou previstos.
- C. Valorizam o cumprimento incondicional e absoluto da lei moral.
- D. Avaliam as ações desprezando os benefícios que delas resultam.

**2. Para Kant, a ação moral deve ser determinada:**

- A. Pelos prazeres superiores e pelo imperativo categórico.
- B. Pela razão e pela inclinação.
- C. Pelos imperativos categórico e hipotético.
- D. Pela razão e pelo respeito à lei moral.

**3. Uma das formulações do imperativo categórico é:**

- A. Age de tal forma que uses o outro sempre e simultaneamente como um meio e nunca simplesmente como um fim.
- B. Age de tal forma que a máxima da tua ação possa servir como lei universal para todos os seres racionais.
- C. Age de tal forma que a máxima da tua ação promova o princípio da maior felicidade para todos os seres racionais.
- D. Age de tal forma que a máxima da tua ação obedeça sempre a um imperativo hipotético.



**4. Para Kant, quando não roubamos no supermercado por saber que existem câmaras:**

- A. Praticamos uma ação por dever e estamos a agir autonomamente;
- B. Praticamos uma ação conforme ao dever e estamos a agir heteronomamente;
- C. Praticamos uma ação contra o dever;
- D. Praticamos uma ação por dever e estamos a agir em conformidade com a lei moral.

**5. Indique qual das seguintes situações pode ser considerada uma ação moral, de acordo com a ética deontológica Kantiana:**

- A. Chegar sempre a horas ao emprego na expectativa de ser promovido.
- B. Pagar sempre os impostos com medo de sofrer uma penalização das Finanças ou até ver os seus bens penhorados.
- C. Participar numa campanha de solidariedade para ficar bem visto socialmente.
- D. Fazer um donativo para uma instituição e exigir o anonimato.

**6. Só um dos seguintes problemas Não é um problema político. Indique qual:**

- A. Como podemos e devemos organizar as nossas sociedades?
- B. Como é possível distribuir a riqueza de forma justa?
- C. Os seres humanos são livres?
- D. Deve acabar-se com os paraísos fiscais (contas offshore)?

**7. A afirmação “ o Estado é uma convenção criada artificialmente”...**

- A. Não seria partilhada por Aristóteles nem por Locke.
- B. Seria partilhada por Aristóteles e por Locke.
- C. Não seria partilhada por Aristóteles.
- D. Não seria partilhada por Locke.

**8. A ideia de contrato social está presente...**

- A. Na teoria de Aristóteles.
- B. Nas teorias de Aristóteles e Locke.
- C. Nas teorias de Locke e Rawls.
- D. Nas teorias de Aristóteles e Rawls.

**9. Para Aristóteles, a cidade (Estado) está orientada para o fim de...**

- A. Proporcionar ao indivíduo a realização da sua natureza.
- B. Fornecer recursos para a preservação da propriedade privada.
- C. Satisfazer as necessidades quotidianas elementares.
- D. Proporcionar instrumentos para a defesa da vida.

**10. Segundo Locke, uma vez estabelecida uma sociedade civil (ou Estado),...**

- A. O poder político detém o monopólio da administração da justiça.
- B. Nenhuma instituição tem o monopólio da administração da justiça.
- C. A justiça passa a estar nas mãos de todos e de cada um.
- D. Todos têm igual legitimidade para administrar a justiça.

**11. De acordo com Rawls, os sujeitos colocados na posição original...**

- A. Estão aptos a decidir racional e imparcialmente.
- B. Favorecem algumas pessoas e prejudicam outras.
- C. Ignoram o que são princípios de justiça equitativos.
- D. Não estão aptos a tomar qualquer decisão racional.

**12. Para Rawls, o primeiro princípio de justiça....**

- A. Estabelece vantagens compensadoras para os mais desfavorecidos.
- B. Exige a igualdade na atribuição de direitos e deveres básicos.
- C. Estabelece os limites da desigualdade económica e social justa.
- D. Priva cada um de conduzir a sua vida como entender.

**13. A ética de Stuart Mill...**

- A. é Consequencialista, porque valoriza os resultados.
- B. é deontológica, porque valoriza os efeitos de uma ação.
- C. é utilitarista, porque valoriza os princípios preestabelecidos.
- D. é deontológica porque valoriza as ações em função da sua utilidade prática.

**14. Para J. Rawls, o conceito de justiça implica:**

- A. Subjugar a liberdade individual à igualdade social.
- B. Pôr fim a todas as desigualdades sociais e económicas.
- C. Aceitar desigualdades como sendo resultado do mérito e esforço pessoal de cada um.
- D. Tratar as pessoas com equidade.

**15. Para Robert Nozick, a intervenção do Estado na redistribuição dos bens:**

- A. É injusta porque pode representar uma violação dos direitos e das liberdades básicas do ser humano.
- B. É justa, porque beneficia os mais necessitados, implementando a ideia de cooperação.
- C. É injusta, porque os mais carenciados vão beneficiar de uma ajuda à custa dos que têm mais talentos.
- D. É justa, pois premeia o esforço daqueles que mais se empenham para benefício dos mais desfavorecidos.

## Grupo II

### Texto A

“ (...) Suponhamos que foi perpetrado um crime hediondo, por exemplo, um ataque terrorista no qual morreram várias pessoas e muitas mais ficaram feridas. Nestas circunstâncias, a polícia sofre grande pressão para encontrar os criminosos. A população, na sua generalidade, exige vingança e garantias de que tal ataque não voltará a ocorrer.”

J. Wolff, *Introdução à Filosofia Política*, Gradiva, 2009, pp. 81

**1.1.** Haverá alguma circunstância em que seja moralmente aceitável torturar uma pessoa, para salvar a vida de outras? Apresente as respostas que Kant e que Mill dariam à questão anterior, comparando-as.

**1.2.** Mostre quais as diferenças fundamentais entre os pressupostos da Ética Deontológica de Kant e a Ética Consequencialista de S. Mill.

## Grupo III

### Texto B

“ Para se poder bem entender o poder político, e derivá-lo da sua origem, devemos saber qual é o estado natural do homem, o qual é um estado de perfeita liberdade de dirigir as suas ações, e dispor dos seus bens e pessoas segundo lhe aprouver, observando simplesmente os limites da lei natural, sem pedir licença ou depender da vontade de pessoa alguma.”

John Locke (1999), *Ensaio sobre a verdadeira Origem, Extensão e fim do Governo Civil*, Lisboa Edições 70, pp 35-37

**1.1.** Tendo em consideração o excerto, explique em que medida a teoria do contrato social de Locke é considerada inovadora e até revolucionária no séc. XVIII. (Fundamentação da existência do Estado e origem do poder político).

**Texto C**

"A razão pela qual o homem, mais do que uma abelha ou um animal, é um ser vivo político em sentido pleno, é óbvia. A natureza não faz nada ao desbarato, e só o homem, de entre todos os seres vivos, possui a palavra (...) É que, perante os outros seres vivos, o homem tem as suas peculiaridades: só ele sente o bem e o mal, o justo e o injusto; é a comunidade destes sentimentos que produz a família e a cidade."

Aristóteles, *Política*, Vega, 1998, pp 52-56

**1.2.** Partindo da leitura do excerto, responda à seguinte questão:

a) Qual a origem do Estado e do poder político, para Aristóteles?

**Texto D**

" (...) Assim sendo, numa sociedade justa a igualdade de liberdades e direitos entre cidadãos é considerada como definitiva; os direitos garantidos pela justiça não estão dependentes da negociação política ou do cálculo de interesses sociais."

J. Rawls, *Uma Teoria da Justiça*, Presença, 2001, p. 28.

**2.1** Apresente qual a concepção de Estado no âmbito da teoria da Justiça de Rawls, destacando quais os princípios subjacentes à construção de uma sociedade Justa.

**2.2** Robert Nozick é um crítico da Teoria política de Rawls. Exponha os principais argumentos deste filósofo em relação à concepção de Estado e justiça social.

**Cotações**

<b>Grupo I</b>	<b>Grupo II</b>	<b>Grupo III</b>
<b>15</b> questões de escolha múltipla: ..... 3 pontos	<b>1.</b> <b>1.1.</b> ..... 25 pontos <b>1.2.</b> ..... 30 pontos	<b>1.</b> <b>1.1.</b> .....25 pontos <b>1.2.</b> .....20 pontos <b>2.</b> <b>2.1</b> .....35 pontos <b>2.2.</b> .....20 pontos
<b>45 pontos</b>	<b>55 pontos</b>	<b>100 pontos</b>

**Total: 20 valores**



## **ESCOLA SECUNDÁRIA MARTINS SARMENTO**

**Teste de Filosofia – 10º ano**

**Turma:CT6**

**Data: 02 de Fevereiro de 2016**

### **Grupo I**

**Para cada uma das questões que se seguem, seleccione a alternativa correta.**

**1. Uma postura etnocêntrica pode dar origem a:**

- A.** Isolamento cultural, porque se considera que todas as outras culturas são inferiores.
- B.** Xenofobia, ou seja, a tolerância dos estrangeiros.
- C.** Uma defesa das culturas minoritárias, pois reconhece-se os direitos de grupo.
- D.** Racismo, postura que defende a superioridade de um grupo racial sobre os outros.

**2. Se defendermos que a vida humana é um bem supremo, estamos a falar de:**

- A.** valores estéticos.
- B.** valores religiosos.
- C.** polaridade dos valores
- D.** hierarquia dos valores.

**3. O facto de algumas culturas admitirem o casamento forçado e a poligamia prova que:**

- A.** Existem povos mais promíscuos que outros .
- B.** Existem culturas com códigos morais diferentes.
- C.** Existem povos menos civilizados que o nosso.
- D.** Algumas culturas não possuem códigos morais.

**4. A hierarquia dos valores:**

- A.** É a mesma para todos os membros de uma sociedade.
- B.** Estabelece uma ordenação dos valores segundo a sua importância.
- C.** Mantém-se inalterada ao longo da vida dos indivíduos.
- D.** Permite-nos reconhecer que todos os valores têm um contravalor associado.

**5. Se assumirmos uma perspetiva em defesa do relativismo cultural:**

- A.** A única coisa que podemos fazer é descrever os diferentes costumes.
- B.** Existem factos morais absolutos e critérios universais de certo e errado.
- C.** É legítimo comparar culturas diferentes e formular juízos de valor.
- D.** Há consenso relativamente aos costumes que são moralmente maus.

**6. Os valores éticos são:**

- A.** critérios para a escolha da melhor ação.
- B.** formas determinadas de ação.
- C.** normas legais para regular a ação.
- D.** programas orientadores de ação.

**7. Afirmar que os valores são relativos:**

- A. é falso, porque ninguém pode negar que haja valores absolutos, como o valor da vida humana e da dignidade.
- B. significa que os valores dependem do indivíduo, da cultura e do momento histórico em análise.
- C. é equivalente a afirmar que os valores são subjetivos.
- D. significa que todas as sociedades se guiam pelos mesmos critérios valorativos.

**8. O diálogo intercultural implica:**

- A. a valorização da cultura ocidental.
- B. a indiferença perante determinadas práticas culturais.
- C. a possibilidade de um acordo valorativo transcultural.
- D. a aceitação de que todas as culturas têm o direito de preservar os seus costumes.

**9. Para um relativista cultural, quando duas culturas discordam quanto a uma questão ética:**

- A. podemos defender que uma delas está certa e outra errada.
- B. devemos ter opiniões firmes sobre cada uma das perspetivas.
- C. devemos abster-nos de fazer juízos de valor sobre as suas práticas.
- D. é legítimo compararmos as suas práticas e tomarmos partido por uma.

**10.: O diálogo como critério universal e intercultural, implica:**

- A. a comunicação a partir de uma dada cultura e de uma língua específica que todos conhecem.
- B. a aceitação passiva de uma pluralidade de opiniões provenientes de diferentes culturas.
- C. a comunicação entre diferentes culturas, tendo em vista o seu entendimento.
- D. a aceitação de uma pluralidade de opiniões provenientes exclusivamente de uma dada cultura dominante.

**11. Agir moralmente equivale a:**

- A. conhecer as normas morais instituídas socialmente.
- B. seguir à risca as normas morais estabelecidas socialmente.
- C. obedecer às leis e normas jurídicas de uma dada sociedade.
- D. aderir livremente de forma autónoma às normas morais instituídas e ser responsável pelos seus atos.

**12. A consciência moral é construída no contacto com os outros e com as instituições. Esta afirmação é:**

- A. verdadeira, porque a consciência moral é adquirida logo que o bebé humano contacta com os outros e desenvolve as suas estruturas cognitivas básicas.
- B. falsa, porque todos os indivíduos nascem com a noção do bem e do mal.
- C. verdadeira, porque a consciência moral se vai formando mediante a interiorização das normas morais que o sujeito adquire na interação com os outros.
- D. falsa, porque a consciência moral é uma estrutura neuro-biológica que nos permite agir como humanos .

**13. Um juízo de valor distingue-se de um juízo de facto porque:**

- A. O juízo de valor é objetivo eo juízo de facto subjetivo.
- B. O juízo de valor é universal e o juízo de de facto é particular.

- C. O juízo de facto é sempre verdadeiro e o juízo de valor pode ser falso.  
D. O juízo de valor exprime as preferências do sujeito e o juízo de facto não.

**14. Analise as afirmações que se seguem sobre a posição interculturalista. Em seguida escolha a única opção correta.**

- A. Segundo os defensores do interculturalismo, os valores são universais, pelo que devem ser impostos às culturas menos evoluídas.  
B. O diálogo intercultural é possível e deve promover a construção de valores transculturais.  
C. Segundo o interculturalismo, o ensino dos valores não é possível, dado que todos os valores são relativos.  
D. Segundo o Interculturalismo é possível a aproximação e entendimento entre culturas, desde que os povos reconheçam que a sociedade ocidental é moralmente mais correta.

**15. Analise as afirmações que se seguem sobre o etnocentrismo. Em seguida escolha a única alternativa correta.**

- A. Os valores devem resultar da procura de consensos entre os povos e nações.  
B. Os defensores do etnocentrismo convivem pacificamente com outros grupos raciais desde que permaneçam nos seus espaços geográficos.  
C. Postura cultural que pode desencadear o evitamento social e guetificação cultural.  
D. Postura cultural que defende o estabelecimento de valores transculturais.

## **Grupo II**

### **Leia atentamente os excertos seguintes:**

#### **Texto A**

Um afegão que se converteu ao cristianismo foi detido e arrisca-se a ser condenado à morte se não voltar à sua fé original (...). O homem, Abdul Rahman, foi preso há duas semanas depois de familiares terem revelado à polícia a sua conversão(...). Abdul Rahman poderá ser condenado à pena capital se não voltar ao islamismo.

Jornal Público, 20-03-2006

**1.1.** Perante a situação descrita, quais seriam os argumentos de um defensor do Relativismo Cultural?

**Justifique** a sua resposta e aponte críticas/limitações a essa atitude.

**1.2.** Como se posiciona um defensor do Interculturalismo face à situação supramencionada?

Na sua resposta, deve fazer referência a aspetos significativos relacionados com o visionamento do filme “A Flor do Deserto”.

#### **Texto B**

Duas coisas devem ser ditas no que respeita a uma sociedade plural. A primeira é a necessidade de uma única cultura política para o domínio público, baseada na noção de um tratamento igual para todos, quaisquer que sejam a cor e a crença; e, ainda que isso indique uma ideia de Estado secular, a noção de igualdade é algo que todas as culturas e religiões presentes na sociedade deveriam aceitar.

John Rex, *Estratégias antirracistas na Europa*

- 1.3. Ao longo dos tempos, os seres humanos reagiram, e continuam a reagir, de maneiras diversas quando confrontados com culturas diferentes da sua.

**Apresente** qual a atitude dos europeus até meados do séc. XX, face à diversidade cultural. Fundamente a sua resposta com base em factos históricos.

### Grupo III

#### Texto A

“ O pêssigo nasce pêssigo, o leopardo chega ao mundo como leopardo, mas o homem de maneira nenhuma nasce já homem e nunca chegará a sê-lo se os outros não o ajudarem. Porquê? Porque o homem não é somente uma realidade biológica, natural (como os pêssigos ou os leopardos), mas também uma realidade cultural. Não há humanidade sem aprendizagem cultural.”

Fernando Savater, *Ética para um Jovem*

1. A partir da leitura do texto, e tendo como referência a dimensão ética do agir, clarifique a relação que existe entre o Eu, os Outros e Instituições.

#### Texto B

Que se entende por dimensão moral? A conduta humana, não estando predefinida nem completamente determinada pelo meio, é de natureza deliberativa; por isso tem de se confrontar constantemente com o dilema da escolha: que fazer? Que é preferível? Como devo comportar-me?

O dilema moral é pois conatural ao homem, mais concretamente à sua conduta deliberativa e livre.

Fernando Savater, *O jardim das Dúvidas*

2. Que relação existe entre ação moral, liberdade, responsabilidade e consciência moral?



**Cotação:**

**Grupo I**

O Grupo I é constituído por **15 questões** de escolha múltipla.

Cada questão tem a cotação **de.....3 pontos.**

**Total do Grupo I.....45 pontos**

**Grupo II**

Questão 1.1..... 30 pontos.

Questão 1.2..... 30pontos.

Questão 1.3..... 35 pontos.

**Total do Grupo II..... 95 pontos**

**Grupo III**

Questão 1.....30pontos.

Questão 2.....30pontos.

**Total do grupo III.....60pontos**

**Total da Prova.....200 pontos**

### Grupo I

**Para cada uma das questões seguintes, seleccione a opção correta.**

**1. Segundo uma ética deontológica:**

- A. Devemos sempre promover o bem.
- B. Nunca devemos promover o bem.
- C. É sempre permissível, mas não obrigatório promover o bem.
- D. Por vezes é permissível, e até obrigatório, promover o bem.

**2. Segundo uma ética consequencialista, cada agente moral deve:**

- A. Fazer sempre o que tenha melhores resultados para si mesmo.
- B. Fazer sempre o que tenha melhores resultados imparcialmente.
- C. Respeitar os direitos dos outros.
- D. Respeitar os direitos dos outros se for possível.

**3. Segundo os consequencialistas, as intenções são:**

- A. Relevantes para avaliar acções, mas não agentes.
- B. Relevantes para avaliar tanto acções como agentes.
- C. Irrelevantes para avaliar acções, mas podem ser relevantes para avaliar agentes.
- D. Irrelevantes para avaliar tanto acções como agentes.

**4. Por “vida boa”, no sentido ético do termo, entende-se:**

- A. Aquilo que torna a vida de um indivíduo boa para si mesmo.
- B. Aquilo que torna a vida de um indivíduo boa para si e para os outros.
- C. Aquilo que permite ter uma vida confortável do ponto de vista material.
- D. Aquilo que permite ter uma vida confortável do ponto de vista espiritual.

**5. De acordo com o hedonismo, o bem-estar consiste:**

- A. Na realização de desejos e inclinações pessoais.
- B. No desenvolvimento de capacidades.
- C. Em experiências boas e na ausência de experiências más.
- D. Na realização dos legítimos interesses de cada um.

**6. Segundo Kant, ter uma vontade boa é agir por:**

- A. Compaixão
- B. Prudência.
- C. Respeito pela lei moral.
- D. Respeito por Deus.

**7. Segundo Kant, a lei moral é um imperativo categórico porque:**

- A. Resulta da vontade de Deus.
- B. É uma exigência que depende do nosso desejo de felicidade.
- C. É uma exigência que não depende de quaisquer desejos.
- D. É-nos imposta pela sociedade.

**8. Kant distingue-se de Mill porque pensa que:**

- A. Não temos o dever de promover a felicidade dos outros.
- B. Temos o dever de promover a felicidade dos outros.
- C. Existe um princípio ético fundamental.
- D. O nosso dever fundamental não é promover a felicidade.

**9. O utilitarismo é uma perspectiva simultaneamente:**

- A. Consequencialista e hedonista.
- B. Hedonista e deontológica.
- C. Deontológica e teleológica.
- D. Preferencista e consequencialista.

**10. Kant defende que o valor moral de uma acção reside:**

- A. Nas suas consequências.
- B. Na intenção que lhe preside.
- C. Na felicidade que proporciona.
- D. No bem comum.

**11. Para Kant, *mentir* constitui uma acção imoral. Esta afirmação é:**

- A. Verdadeira, porque aquele que mente não age por puro respeito pelo dever.
- B. Falsa, porque pode haver bons motivos para se mentir.
- C. Verdadeira, porque aquele que mente age contra a norma moral instituída.
- D. Falsa, porque pode haver necessidade de agir contra o dever.

**12. Dar uma esmola a um pobre por compaixão corresponde, segundo Kant, a uma acção:**

- A. **Contrária ao dever.**
- B. Conforme ao dever, movida por inclinações sentimentais.
- C. Conforme ao dever, movida por puro respeito pelo dever.
- D. Contrária ao dever, movida por impulsos de solidariedade.

**13. Segundo Stuart Mill, uma acção é boa se:**

- A. O agente renuncia aos prazeres inferiores;
- B. A intenção do agente for boa;
- C. Dela resultarem prazeres superiores;
- D. Dela resultar o maior bem comum.

**14. Uma sociedade politicamente organizada corresponde:**

- A. Ao direito;
- B. À política;
- C. Ao Estado;
- D. Às leis jurídicas.

**15. Segundo Sturt Mill, Kant verdadeiramente valoriza.**

- A. As circunstâncias da ação.
- B. O interesse da humanidade.
- C. O imperativo categórico.
- D. Um imperativo hipotético.

**16. Kant defende que a ação moral é determinada:**

- A. Pela inclinação e pela boa vontade.
- B. Pelo exemplo e pelo sentimento.
- C. Pela razão e pelo dever.
- D. Pelo bem – estar e pelo sentimento.

**17. Stuart Mill defende que uma ação tem valor moral:**

- A. Sempre que o agente renuncia ao prazer.
- B. Quando a intenção do agente é boa.
- C. Sempre que a ação resulta de uma vontade boa.
- D. Quando dela resulta um maior bem comum.

**18. Para Kant, a lei “Age de modo que a tua regra de conduta possa ser adotada como lei por todos os seres racionais” significa que:**

- A. Os seres racionais estão submetidos a leis objetivas.
- B. As ações morais são avaliadas segundo as leis vigentes.
- C. As ações morais são avaliadas pelas suas consequências.
- D. Os seres racionais estão submetidos às suas emoções.

**19. A política é uma atividade:**

- A. Que impõe um conjunto de normas e juízos morais de caráter coercivo.
- B. Teórica de procura de leis que favoreçam o bem comum.
- C. Que procura fazer a gestão dos interesses individuais e coletivos no sentido de harmonizar a convivencialidade numa comunidade.
- D. Que serve os interesses de uma minoria.

**20. O direito é:**

- A. Um conjunto de normas jurídicas que regulam o comportamento dos indivíduos através do poder organizado e institucionalizado pelo Estado.
- B. Um conjunto de normas morais que define o que é certo e errado, impondo de forma coerciva limites à ação dos indivíduos.

- C. Um conjunto de normas morais e jurídicas que regem a conduta dos indivíduos numa comunidade através do poder coercitivo exercido pelas instituições.
- D. Um conjunto de princípios morais definidos a partir da ação política com vista à regulação da conduta dos cidadãos no âmbito da convivencialidade.

## Grupo II

Leia o texto seguinte.

*Ficaria eu satisfeito de ver a minha máxima (de me tirar de apuros por meio de uma promessa não verdadeira) tomar o valor de lei universal (tanto para mim como para os outros)? E poderia eu dizer a mim mesmo: Toda a gente pode fazer uma promessa mentirosa quando se acha numa dificuldade de que não pode sair de outra maneira? Em breve reconheço que posso em verdade querer a mentira, mas que não posso querer uma lei universal de mentir, pois, segundo uma tal lei, não poderia propriamente haver já promessa alguma (...). Por conseguinte, a minha máxima, uma vez arvorada em lei universal, destruir-se a si mesma necessariamente.*

*Immanuel Kant, Fundamentação da metafísica dos Costumes.*

- 1.1 Explique, a partir do exemplo do texto, por que razão o ato de mentir nunca é moralmente permissível, segundo Kant.
- 1.2 Compare o papel da intenção do agente na ética de Kant com o papel da intenção do agente na ética de Sturt Mill.
- 1.3 Distinga imperativo categórico de imperativo hipotético.

## 2. Compare a Ética de Kant com a Ética de Stuart Mill.

Na sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, os seguintes aspetos:

- o princípio ético da autonomia da vontade em Kant e o princípio hedonista e utilitarista em Stuart Mill;
- o critério de moralidade e legalidade em Kant e em Stuart Mill.

3. “ Se pensarmos que uma certa prática é claramente um mal e se tivermos a coragem e a capacidade de impedir essa prática violando a lei, como poderia a ilegalidade desse ato proporcionar uma razão ética em seu desfavor? Para responder a uma pergunta tão específica como esta, devemos responder primeiro a uma pergunta mais genérica: por que motivo havemos, de todo em todo ter leis?”

Peter Singer (2002), *Ética Prática*

Justifique, a partir da análise do texto, a necessidade da reflexão ético-política.

---

### Cotações:

#### Grupo I

20 questões de escolha múltipla, sendo  
a cotação de cada questão de 3 pontos..... 60 pontos

#### Grupo II

1.1..... 20 pontos  
1.2..... 30 pontos  
1.3..... 30 pontos

---

80 pontos

2.....35pontos

3. ....25pontos

---

60pontos

Total..... 200 pontos

**Teste Escrito de Avaliação**

**Filosofia**

**10.º Ano de Escolaridade**

**Turma: CT3**

**Duração da prova: 90 minutos**

**4 Páginas**

**Nome do/a aluno/a:** \_\_\_\_\_ **N.º** \_\_\_\_\_

Para cada resposta, identifica o grupo e o item.

Apresenta as tuas respostas de forma legível.

Apresenta apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se imediatamente abaixo.

**Cotações**

<b>Grupo I</b>	<b>Grupo II</b>	<b>Grupo III</b>
1. .... 3pontos	1.	1. ... 35 pontos
2. .... 3pontos	1.1. .... 15 pontos	
3. .... 3pontos	1.2. .... 15 pontos	
4. .... 3pontos	2.	
5. .... 3pontos	2.1. .... 15pontos	
6. .... 3pontos	2.2. .... 20 pontos	
7. .... 3pontos	2.3. .... 15 pontos	
8. .... 3pontos	2.4. .... 20 pontos	
9. .... 3pontos	2.5. .... 20 pontos	
10. .... 3pontos		
11. .... 3pontos		
12. .... 3pontos		
13. .... 3pontos		
14. .... 3pontos		
15. .... 3pontos		
<b>45pontos</b>	<b>120pontos</b>	<b>35 pontos</b>

**Total: 20 valores**

## GRUPO I

---

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecciona a opção correta.

---

1. **Selecciona no conjunto que se segue um exemplo de tese filosófica:**
  - (A) É legal maltratar um animal?
  - (B) O abandono de animais é um ato punível pela lei.
  - (C) O abandono de animais é moralmente condenável.
  - (D) Os animais não humanos têm direitos?
2. **Uma tese filosófica é:**
  - (A) A questão a que procuramos responder.
  - (B) As razões que avançamos para sustentar o que defendemos.
  - (C) As objecções avançadas para discutir uma dada posição.
  - (D) A posição por nós mantida e defendida.
3. **Uma ação é:**
  - (A) Algo que faço apercebendo-me e querendo.
  - (B) Algo que faço apercebendo-me, mas sem querer.
  - (C) Algo que faço sem me aperceber e sem querer.
  - (D) Algo que faço sem me aperceber, mas querendo.
4. **Para Pitágoras, o filósofo é:**
  - (A) Aquele que sabe, de forma racional e fundamentada todas as coisas.
  - (B) Aquele que possui um conhecimento assente em bases sólidas e universais.
  - (C) Aquele que ama o saber e reconhece as limitações do seu conhecimento.
  - (D) Aquele que é capaz de ensinar a arte da argumentação e assim alcançar uma infalível eficácia no discurso.
5. **Imagina que desces as escadas em direção à rua e que inadvertidamente escorregas num degrau molhado, caindo e derrubando contigo o colega que seguia à tua frente. Provocar a queda do colega poderá ser considerado uma ação?**
  - (A) Sim, pois existiam cursos alternativos ao teu dispor.
  - (B) Não, é um acontecimento intencional, mas não uma ação.
  - (C) Sim, pois trata-se de algo que é realizado conscientemente.
  - (D) Não, é uma consequência de algo que fiz involuntariamente.
6. **Definir ação como algo que o agente faz é uma definição insuficiente. Concordas?**
  - (A) Não, pois todas as ações são realizações nossas.
  - (B) Sim, dado que nem tudo o que fazemos são ações.
  - (C) Sim, dado que tudo o que fazemos são ações.
  - (D) Não, pois nem todas as ações são realizações nossas.



- 7. Vais até à farmácia comprar uma embalagem de analgésicos, pois estás com uma dor de dentes terrível. Podemos afirmar que:**
- (A) A ida à farmácia é a ação e a dor de dentes é o motivo.
  - (B) A ida à farmácia é a decisão e a dor de dentes é o motivo.
  - (C) A ida à farmácia é a ação e a dor de dentes é a decisão.
  - (D) A ida à farmácia é a intenção e a dor de dentes é a deliberação.
- 8. Na ordem do tempo:**
- (A) A decisão racional antecede a deliberação.
  - (B) Decisão e deliberação ocorrem simultaneamente.
  - (C) A deliberação antecede a decisão racional.
  - (D) Decisão e deliberação ocorrem aleatoriamente.
- 9. Os motivos são essenciais para que possamos compreender uma dada ação. Esta afirmação é:**
- (A) Falsa, porque o motivo faz parte do espaço mental do agente.
  - (B) Falsa, porque existem ações e agentes sem motivo.
  - (C) Verdadeira, porque o motivo revela a razão que causa a ação.
  - (D) Verdadeira, porque o motivo revela o propósito da ação.
- 10. Podemos ter ações sem que exista um agente e um propósito. Esta afirmação é:**
- (A) Falsa, pois a ação pode ser praticada sem qualquer finalidade.
  - (B) Falsa, pois a ação é sempre uma realização voluntária de alguém.
  - (C) Verdadeira, pois a ação pode ser anónima e despropositada.
  - (D) Verdadeira, pois muitas vezes desconhecemos o autor da ação.
- 11. Os problemas filosóficos são questões que...**
- (A) nos orientam na vida.
  - (B) nos causam perplexidade.
  - (C) nos causam ansiedade.
  - (D) nos manipulam o pensamento.
- 12. Qual das seguintes questões está no domínio da ética?**
- (A) Será possível construir uma sociedade justa?
  - (B) Será que a alma é imortal?
  - (C) Qual a validade do conhecimento científico?
  - (D) Em que circunstâncias somos moralmente responsáveis?
- 13. Dizer que a filosofia não é uma ciência significa afirmar que...**
- (A) A Filosofia não é um saber credível.
  - (B) A Filosofia não tem um método.
  - (C) A Filosofia não é um conhecimento de pleno direito.
  - (D) A Filosofia não se fica pelos factos.
- 14. A radicalidade da filosofia está associada a uma constante insatisfação:**
- (A) Porque o filósofo procura estudar unicamente o que os outros saberes não estudam.

- (B) Porque a atitude filosófica implica procurar responder exclusivamente a questões metafísicas
- (C) Porque implica que o indivíduo desafie constantemente os seus conhecimentos e crenças instaladas.
- (D) Porque não descarta o conhecimento anterior nem as teorias desenvolvidas ao longo da sua história.

**15. A universalidade da filosofia implica:**

- (A) Que as teses apresentadas pelos filósofos têm de ser aceites por todos.
- (B) Entre outras coisas, que qualquer ser humano pode dedicar-se ao estudo da Filosofia, pois todos somos capazes de pensar.
- (C) Que o objeto de estudo da Filosofia se resume ao estudo do universo e dos fenómenos metafísicos.
- (D) Entre outras coisas, que o objeto da Filosofia é exclusivo dos profissionais da filosofia.

## GRUPO II

**1. Atenta nos exemplos que se seguem.**

- A. Qual a religião do mundo com mais crentes? .....
- B. Que ideais caracterizam a Revolução Francesa? .....
- C. Qual é o filósofo mais influente no domínio da Bioética? .....
- D. As religiões são um bem ou um mal para a humanidade? .....
- E. A vida privada de um político deve ser pública? .....
- F. A morte de um inocente pode ser justificada pelas circunstâncias? .....
- G. O que nos diz a ciência sobre a origem da vida? .....

**1.1. Das questões acima, assinala as que são filosóficas.**

**1.2. A partir dos exemplos, expõe três características das questões filosóficas.**

## **2. Considera o texto abaixo nas tuas respostas às questões 2.1 a 2.5.**

### **DOC. 1**

Há 30 dias em greve de fome, o músico angolano Luaty Beirão fez saber esta terça-feira que não tenciona interromper o seu protesto contra a ilegalidade da sua detenção e de outros 14 ativistas políticos, acusados pelo regime de conspiração para um golpe de Estado, apesar do risco de vida. Com julgamento marcado para o próximo dia 16 de Novembro, o rapper que assina como Ikonoklasta apenas pondera suspender a greve de fome se a Justiça conceder aos arguidos o direito a aguardar o início do processo em liberdade.

“Esta é uma greve humanitária e de justiça”, declarou ao PÚBLICO a mulher de Luaty, Mónica Almeida, recordando as razões que estão na base do protesto. “Eles [os ativistas] estiveram 90 dias fechados numa cela de castigo, sem ser conhecida qualquer acusação contra eles, quando por lei esse prazo não pode ultrapassar os 21 dias”, uma situação que denuncia como manifestamente ilegal. [...]

A Amnistia Internacional renovou esta terça-feira o seu apelo à libertação “imediata e incondicional” dos 15 ativistas detidos pelo regime angolano a 20 de Junho. “Luaty está a entrar no segundo mês de greve de fome e cremos que o seu estado de saúde é agora crítico e que a sua vida pode estar em risco. A sua detenção original foi uma afronta à liberdade de expressão e agora as autoridades parecem determinadas em agravar esta chocante injustiça mantendo-o em detenção”, criticou o diretor da Amnistia Internacional para a África Austral, Deprose Muchena, exigindo que “todas as acusações” sejam anuladas. “Os ativistas não cometeram crime nenhum e foram detidos por simplesmente exercerem o direito de expressão. Estão em apuros com um governo que está decidido a esmagar a dissidência. São prisioneiros de consciência e têm de ser imediata e incondicionalmente libertados”, sublinhou.

Rita Siza (2015). «Luaty mantém greve de fome, exigindo que ativistas aguardem julgamento em liberdade», in Público em linha, 20-10-2015. Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia> [Consultado a 21-10-2015].

**2.1.A greve de fome referida no texto constitui uma ação? Justifica.**

**2.2.Identifica no texto um agente. Fundamenta a tua escolha.**

**2.3.A partir de um exemplo do texto, mostra o que se entende por motivos da ação.**

**2.4.A partir de um exemplo do texto, esclarece o que se entende por intenção do agente.**

**2.5.Com base no exemplo, articula os conceitos de deliberação e decisão.**

### GRUPO III

#### 1. Lê atentamente o texto que se segue.

##### DOC. 2

A sociedade humana necessita de paz, mas necessita igualmente de conflitos sérios e de ideais: de valores, de ideais pelos quais possamos lutar.

Na nossa sociedade ocidental aprendemos, e aprendemos com os gregos, que é possível fazê-lo não tanto com a espada, mas muito melhor e mais persistentemente com palavras. E, sobretudo, com argumentos razoáveis.

Uma sociedade perfeita é, por conseguinte, impossível. Existem, porém, ordens sociais melhores e piores. A nossa civilização ocidental decidiu-se a favor da democracia, como uma forma de sociedade que pode ser alterada pela palavra e, aqui e ali, se bem que raramente, por argumentos racionais, por uma crítica racional, isto é, realista. (...) Sou, pois, um defensor da civilização ocidental, da ciência, e da democracia. Elas dão-nos a oportunidade de prevenir o infortúnio evitável e de experimentar, de apreciar criticamente e, se necessário, aperfeiçoar as reformas, como seja a do Estado-Providência.

Popper, Karl (1992). *Em busca de um mundo melhor*, Fragmentos, p. 111.

#### 1.1. Concordas com a perspectiva de Karl Popper expressa no texto? Justifica a tua resposta.

##### Na tua resposta deves:

- Formular com clareza o problema filosófico em apreço.
- Mostrar a importância ou interesse do problema.
- Apresentar inequivocamente a tese que o autor está a defender.
- Identificar três argumentos que sustentam a sua tese.